

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

CIÊNCIAS SOCIAIS

FABRIZIA SILVA RODRIGUES

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO: impactos do PBF no desenvolvimento
escolar de crianças clientes do Programa.**

MARABÁ

2016

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO: impacto do PBF no desenvolvimento
escolar de crianças clientes do Programa.**

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof^o. Me Wanderley Padilha

Prof^aMe. eDr^a Célia Borges Congilio

Prof^a Me. eDr^aMarilza Sales Costa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

FABRIZIA SILVA RODRIGUES

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO: impacto causado pelo PBF no desenvolvimento escolar de crianças após se tornarem clientes do Programa.

Trabalho de conclusão de curso apresentada como requisito parcial à obtenção do diploma de graduação de licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais, na Universidade Federal do Pará.

Orientador: Profº. **MeWanderley Padilha**

MARABÁ

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Josineide da Silva Tavares da UNIFESSPA. Marabá, PA

Rodrigues, Fabrizia Silva

Programa Bolsa Família na Educação: impacto causado pelo PBF no desenvolvimento escolar de crianças após se tornarem clientes do Programa / Fabrizia Silva Rodrigues ; orientador, Raimundo Wanderley Correa Padilha. — 2016.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Ciências Sociais, Curso de Ciências Sociais, Marabá, 2016.

1. Programa Bolsa Família (Brasil). 2. Programas de sustentação de renda - Brasil. 3. Brasil - Política social. 4. Rendimento escolar. 5. Desenvolvimento econômico - Aspectos sociológicos. 6. Educação de crianças. I. Padilha, Raimundo Wanderley Correa, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 353.50981

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos eu dedico ao meu Senhor Jesus cristo, pois sem ele nada disso seria possível.

Agradeço a minha mãe, Maria do Socorro da Silva Rodrigues, a qual admiro muito pela determinação e coragem que transmitiu a mim, e me sempre deu o apoio que precisei.

Ao meu esposo Sergio Gorgonha, que sempre me deu muita força pra continuar.

Aos meus irmãos Vania e Ismar, por estarem sempre se preocupando e torcendo por mim.

Ao professor Wanderlei Padilha, pela paciência que teve comigo, e pelo que aprendi com ele durante a realização desse trabalho.

E agradeço a todos que colaboraram, como as professoras, a secretaria e Diretora da Escola Silvino Santis.

RESUMO

O presente trabalho realizou uma investigação sobre existência de possível impacto causado pelo Programa de Transferência de Renda “Bolsa Família” na qualidade da educação das crianças e no rendimento escolar após se tornarem clientes beneficiárias do Programa, questionando as possíveis influências do PBF no que tange desempenho escolar dos mesmos. O referido Programa beneficia famílias em situação de vulnerabilidade e risco social que tem crianças de 6 a 17 anos devidamente matriculadas na escola. A pesquisa foi realizada, com amostra na cidade de Marabá, a partir das famílias com a participação da mãe e também dos professores dos filhos beneficiários do programa. Tratando assim das questões de lutas sociais e políticas públicas que envolveram todas as conquistas, para chegar ao modelo de política social que se tem hoje. Pretende-se com o resultado da investigação apontar as possíveis mudanças de melhorias no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico.

Palavras-chave: Políticas Sociais, Programa Bolsa Família, Rendimento Escolar.

ABSTRACT

This paper conducted an investigation into the existence of possible impact of the cash transfer program "BolsaFamilia" in the quality of children's education and school performance after becoming beneficiary clients of the program, questioning the possible influences of PBF regarding performance school of the same. That program benefits families in situations of vulnerability and social risk to have children 6 to 17 years duly enrolled in school. The survey was conducted with a sample in the city of Maraba, from families with the participation of the mother and also the teachers of the children beneficiaries of the program. Thereby treating the issues of social and public policies fights involving all the achievements, to reach the social policy model that has today. It is intended to indicate the result of the investigation of the possible changes improvements with regard to the economic and social development.

Key words: Social Policy, Family Grant Program, Educational Achievement.

SUMÁRIO

TEMA: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

1

INTRODUÇÃO.....8

1.1. Origem e História.....8

CAPÍTULO I

1. POLÍTICA SOCIAL, DESIGUALDADE E POBREZA.....12

1.1. A trajetória das políticas sociais no contexto histórico brasileiro.....14

1.2. Globalização e neoliberalismo no contexto social.....19

1.3. Neoliberalismo no Brasil.....23

1.4. Programas de combate a pobreza no Brasil a partir dos anos 90.....25

CAPITULO II

2. PROGRAMA DE RENDA MÍNIMA BUSCANDO SUA ORIGEM.....29

2.1. Programa de renda mínima no Brasil.....30

2.2. Educação e Pobreza.....34

2.3. Bolsa Família e educação.....36

CAPITULO III

3. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE MARABÁ.....39

3.1 Programa Bolsa Família e Famílias Marabaense em Foco.....39

3.2 Pesquisa de campo.....40

3.3 Perfil das família.....43

3.4 Situação da escolarização dos pais.....45

3.5 Evolução educacional dos clientes na visão das mães.....46

3.6 Desenvolvimento escolar dos clientes na visão das professoras.....48

3.7 Programa Bolsa Família e educação na visão dos Professores51

BIBLIOGRAFIA.....57

I INTRODUÇÃO

1. ORIGEM E HISTÓRIA

Desde o início dos anos 50, quando o brasileiro Josué de Castro tornou-se presidente do Conselho da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e proferiu a frase: "No Brasil, ninguém dorme por causa da fome. Metade porque está com fome e a outra metade porque tem medo de quem tem fome", que o debate sobre "Segurança Alimentar" passa a ganhar notoriedade no Brasil.

Se nos anos 40 o debate vinha sendo feito sobre como prover a assistência dessas famílias pobres e miseráveis, através da concessão de benefícios, essa ajuda era então feita pontualmente e de forma indireta, geralmente por meio da distribuição de cestas básicas em áreas carentes principalmente do norte e nordeste; algumas vezes essas iniciativas eram seguidas de denúncias de corrupção devido a centralização das compras em Brasília, além do desvio de mercadorias pela falta de controle logístico.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso finalmente os chamados programas de distribuição de renda foram efetivamente implantados no país, alguns em parceria com ONGs como Comunidade Solidária, gerenciada pela primeira dama Ruth Cardoso. Todos esses programas estavam agrupados na chamada Rede de Proteção Social, de abrangência nacional.

Essa política social foi implantada primeiramente em Campinas e depois em Brasília em janeiro de 1995, com apenas cinco dias de diferença entre eles. A lei de Campinas foi aprovada na Câmara Municipal em 6 de janeiro de 1995 e regulamentada em 18 de abril, quando os primeiros benefícios começaram a ser pagos. Em Brasília, o decreto foi assinado em 11 de janeiro de 1995 e os primeiros benefícios começaram a ser pagos no mês de maio. Somente em 2001 o "Bolsa Escola" foi implementado pelo governo federal, constituindo aquilo que de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a mais importante das políticas sociais do governo brasileiro e é hoje o maior programa de transferência condicionada de capital do mundo. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, segundo Banco Mundial, facilita sua eficiência administrativa e fiscalização.

O Bolsa família é um programa de transferência de renda direta, criado para aquela parcela da população em situação de pobreza ou extrema pobreza, é de

responsabilidade do Governo Federal conta atualmente com algumas atuações municipais. Este é organizado através de um cadastro único nacional (CadÚnico), dotado de condicionalidades que comprometem as famílias clientes as quais a mesma deve cumprir para continuar recebendo o benefício. Uma das principais condicionalidades para que as famílias venham a se cadastrar no CadÚnico é ter renda *per capita* mensal de até R\$ 154,00; a família deve ter em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 e 12 anos ou adolescentes até 15 anos. É necessário que as famílias assumam um compromisso de manter a criança devidamente matriculada na escola as crianças de 6 a 15 anos, devem apresentar no mínimo 85% de frequência escolar; manter em dia o cartão de vacinação, crescimento e desenvolvimento da criança menor de 7 anos.

A partir do estudo feito sobre o Programa Bolsa Família, podemos perceber que existem muitos questionamentos a respeito das intenções do governo em tomar esse tipo de política como forma de controlar ou combater as suas próprias falhas. Vimos então esse Programa como uma abertura para entender a verdadeira relação deste com a educação, é importante questionarmos para que possamos compreender todos os lados que estão envolvidos neste processo e também para que se venham esclarecer as reais intenções políticas e seus efeitos para os respectivos beneficiados. Através destas questões, pude desenvolver esse trabalho de pesquisa, objetivando a conclusão de meu curso de Ciências Sociais.

O Bolsa Família tem por objetivo, declarado, garantir o direito alimentação e inclusão de crianças em idade escolar na escola. O programa teve uma grande aceitação tornando-se a mais importante das políticas Sociais do governo brasileiro. Em 2002 já havia no Brasil outros programas sociais os quais beneficiava aproximadamente cinco milhões de famílias. Programas como o Bolsa Escola, vinculado ao Ministério da Educação, o Auxílio Gás, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, e o Cartão Alimentação, vinculado ao Ministério da Saúde, os quais eram administrados por distintas organizações do Estado nacional e governos estaduais. É nesse momento que o programa bolsa família entra para unificar todos eles em um único programa social, com cadastro e administração centralizado no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Na elaboração do governo federal, o programa Bolsa Família visa garantir o direito da criança e do adolescente está devidamente matriculado na escola, por isso esta exigência está presente como uma de suas principais condicionalidades da política.

Mas somente a frequência escolar não garante se um ensino de qualidade está sendo disponibilizado para a população, esse critério não avalia se a criança está tendo um bom desenvolvimento acadêmico e social, sendo assim surgem questionamentos se o programa está realmente preocupado com o desenvolvimento educacional de seus beneficiários. De que forma o programa demonstra essa preocupação? Será que esse benefício está sendo verdadeiramente eficaz enquanto um estímulo para garantir um bom desenvolvimento educacional para os bolsistas do programa? Entendemos que este conjunto de questões são lacunas que o programa não deixa esclarecido, dualizando em sua efetivação a devida importância para a categoria qualidade do aprendizado privilegiando somente a quantidade de crianças na escola.

Para dar fundamentos empíricos a pesquisa, realizamos atividades de campo com base no seguinte procedimento. Num primeiro momento foram selecionadas as famílias que atendiam os pré-requisitos básicos para participarem do estudo na cidade de Marabá; precisamente na folha 33 (trinta e três) no núcleo Nova Marabá.

No passo seguinte foram selecionados os professores dos respectivos alunos, que se encontravam com disponibilidade de contribuir para o estudo. A partir daí foi agendado a data e horário compatíveis com disponibilidade de cada um professor para a realização das entrevistas. Terminada essa etapa, partiu-se para elaboração de um questionário composto por 14 (quatorze) perguntas na abrangência da captação das respostas para a referida investigação. Posteriormente, avançou-se para as visitas técnicas no intuito de realizar as entrevistas. Para anonimato e preservação das identidades dos participantes, foram usados nomes fictícios.

Com todos os dados coletados, pode-se fazer a tabulação e análise dos fatos relatados para então descrever os resultados a serem apresentados, como pode ser conferido nos gráficos e tabelas abaixo. Na sequência foram realizados cruzamentos dos dados levantados no sentido de constatar se há ou não algum impacto no quesito qualidade educacional pressuposto no programa Bolsa Família.

Ao final do estudo foi constatado que as famílias de uma forma geral estão muito mais preocupadas com ajuda financeira ao invés do próprio desenvolvimento educacional das crianças, como se pode **comprovar nas entrevistas realizadas com os professores**. Esse comportamento dos familiares não está em sintonia com um dos principais objetivos assinalados no programa, que é o de garantir apoio ao material escolar, tais como fardamento e material de uso na sala de aula, visando melhorar os índices educacionais nesse segmento da

população a fim de romper com o ciclo de reprodução da miséria social que marca a vida de um grande contingente da população brasileira.

O resultado do presente estudo visualizou essa realidade junto às famílias focalizadas contrariando os objetivos perspectivados pelo governo, quando da elaboração da política. Essa observação é um tanto preocupante, pois este quesito, o desenvolvimento educacional, está diretamente vinculado ao projeto de futuro da nação.

Vale ressaltar que em virtude dessa falta de resposta, em função do incipiente capital cultural exigido pelos currículos das redes oficiais de ensino às famílias clientes do programa, um número bastante representativo de alunos que participam do programa PBF são obrigados a participar de programas complementares de reforço escolar, a exemplo do “Programa mais educação” em consequência da baixa produtividade escolar dos clientes do programa.

Entende-se que como forma de melhoramento desses resultados encontrados no estudo, se desenvolva ações que mobilizem a comunidade na perspectiva de executar uma política cultural inclusiva, dotando as famílias de recursos capazes de auxiliar o desenvolvimento escolar de seus filhos, além ampliar os mecanismos de monitoramento da distribuição e aplicação do orçamento do programa para cada necessidade da família com foco maior na questão escolar, cumprindo assim um dos objetivos centrais propriamente dito do programa Bolsa Família.

CAPÍTULO I: POLÍTICA SOCIAL, DESIGUALDADE E POBREZA.

A Política Social tem sido um assunto bastante discutido no meio científico, quando se quer falar a respeito do comportamento social, principalmente se é ligado ao tema pobreza, suas possíveis determinações ou dimensões, e sua relação com o poder público.

Podemos definir as Políticas Sociais como um sistema de ações do governo para o benefício do bem estar coletivo, podendo a mesma ser desenvolvida na esfera federal, estadual, municipal, e também através de parcerias com organizações não governamentais ou com iniciativas privadas.

Quando se fala em políticas sociais, vem à tona a questão, de onde virão seus recursos, ou melhor, seu o financiamento? Neste aspecto apresentam-se três modelos distintos: o contributivo, aquele que tem por característica o acesso aos bens, serviços ou benefícios através de contribuição financeira; o distributivo, aquele que se distingue por não colocar em confrontação direta possuidores e não possuidores de bens e riquezas, transferindo para os pobres os recursos acumulados nos fundos públicos advindos de fontes variadas; e o redistributivo, que ao contrário do distributivo, faz o repasse de bens e serviços retirando bens e riquezas de quem os possuem para transferir para os que não possuem, estes são baseados nos lucros e não só na renda.(PEREIRA, SILVA, PATRIOTA, p 2, 2006)

Ao analisar o conceito de Política Social, Pastorini (*apud*,PEREIRA, SILVA, PATRIOTA, p.5, 2006) contesta duas concepções: a primeira a qual chama de “perspectiva tradicional”, onde a política social é concebida como um conjunto de ações advindas do aparelho estatal, com o objetivo de minimizar as desigualdades sociais. Nessa concepção a política social tem por função corrigir os efeitos negativos causados pela acumulação de capital nas sociedades capitalistas. Na segunda concepção, chamada de “perspectiva marxista”, a política social é entendida como uma unidade contraditória, pois a mesma tanto pode ser adquirida por consentimento como pode resultar de conquista, uma vez que a análise parte de três sujeitos protagonistas: “a classe hegemônica, o Estado intermediador e as classes trabalhadoras”.

A política social é um fenômeno associado ao sistema capitalista de produção, mas não por fazer parte dos seus princípios, e sim porque o mesmo gera profundas desigualdades socioeconômicas, onde uns acumulam fortunas e bens a partir da exploração do trabalho de outros. Neste processo há uma corrida acelerada pela acumulação de riquezas,

sendo a mesma desenvolvida através da exploração do trabalho alheio, que foi o que ocorreu no início da implantação desse modelo em todos os países que o adotaram como sistema econômico. As desigualdades provocam o aumento da pobreza, que trás consigo graves problemas sociais. Dessa forma a política social se fez presente a partir do momento em que a classe trabalhadora tornou-se consciente dessa situação e se sentiu prejudicada, assumindo seu papel político, reivindicando melhores condições, de trabalho e de vida. Assim a *questão social* foi reconhecida e se tornou essencial nesse processo de produção.

Pastorini (*apud*, PEREIRA, SILVA, PATRIOTA, 2006 p.4) assinala ainda que a Política Social expressa um conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos, advindos do processo de desenvolvimento das sociedades capitalistas, onde a classe operária desencadeou, por seu ingresso no cenário político, o desenvolvimento da constituição e da regulação das relações entre o capital e o trabalho.

O Brasil, para alguns autores, mesmo com um índice de pobreza elevado, não é considerado de maneira nenhuma um país pobre, pelo contrário, o que ele apresenta é um alto índice de desigualdade social. É um país em processo de desenvolvimento econômico, o qual já superou muitas de suas dificuldades, elevando sua posição no nível mundial entre países com a mesma situação econômica, e tem conquistado a confiança no mercado mundial da exportação. Porém enfrenta grandes dificuldades com relação a distribuição de renda ao apresentar um alto índice de desigualdade, baseada na grande concentração de riqueza nas mãos de poucos, provocando assim uma crise estrutural econômica interna, no sistema de produção, ou nas relações de produção do país.

Para tentar compreender como a pobreza vem sendo tratada no Brasil, podemos voltar no contexto histórico ao momento em que o país mais sofreu com o problema da pobreza. Um dos piores momentos do país onde vários estudos indicam que houve grande crescimento das desigualdades de renda foram entre as décadas de 60 à90. Onde os grupos que mais sofreram com a grande acumulação de renda foram às classes médias, durante a década de 60, e os mais pobres nos anos 80 (GOMES, PINTO E CAMPOS, p.3).

De acordo com Marcio Pochmann (1994, p. 173) é possível compreender a pobreza no Brasil a partir de pelo menos três perspectivas históricas marcantes de nossa história econômica, expressas em três razões simplificadas: a forma como se consolidou a

questão agrária no país, com dois pontos importantes, a herança do escravismo colonial e o forte êxodo rural; as especificidades do mercado de trabalho, com o crescimento acelerado da urbanização, as péssimas condições de trabalho, a exclusão na grande concorrência por uma vaga ao emprego formal e o arrocho salarial; e, por fim, a natureza das políticas sociais adotadas, pois o financiamento da política social era garantido pelos impostos indiretos recolhido dos trabalhadores, mas esses gastos eram feitos de modo diferentes das necessidades da população de baixa renda.

Segundo Yazbek é importante ressaltar que assim como em outros países da América Latina, o Estado brasileiro se constituiu como um grande aliado da burguesia, portanto seguindo a lógica de expansão do capitalismo. Nesse sentido de acordo com Yazbek as emergentes políticas sociais no Brasil podem ser entendidas no movimento geral e nas configurações peculiares do estado. Sendo assim pode-se constatar que a política social estatal aparece a partir das relações sociais que peculiarizaram a sociedade brasileira nos anos 30 do século passado, as quais foram lutas pela estratégia da gestão social da força de trabalho (Yazbek, 2008:2).

Maria Carmelita Yazbek acredita que:

Pela via da Política Social e de seus benefícios o Estado busca, portanto, manter a estabilidade, diminuindo desigualdades e garantindo direitos sociais, embora o país não alcance a institucionalidade de um Estado de Bem Estar Social. Em síntese, o Estado brasileiro buscou administrar a questão social desenvolvendo políticas e agências de poder estatal nos mais diversos setores da vida nacional, privilegiando a via do Seguro Social. (YAZBEK, 2008:10)

Nessa perspectiva Yazbek acrescenta dizendo que a política social brasileira não apresenta institucionalidade de um Estado de Bem Estar Social, pois o Estado desenvolveu a sua política a partir da condição de manter a estabilidade, ou controle social, para diminuir as desigualdades e garantir os direitos sociais, a questão social desenvolveu-se mais para os direitos dos trabalhadores.

1.1. A trajetória das políticas sociais no contexto histórico brasileiro

Para falar de políticas sociais no Brasil precisamos lembrar os momentos em que ela veio a se fazer necessária para o país e demarcar sua trajetória histórica, indicando

quais foram os momentos de grandes transformações políticas e econômicas nos quais ela se manifestou.

Para muitos autores as políticas sociais não foram implantadas enquanto forma de ação beneficente do Estado de classe para a população pobre, mas sim como resultante de um contexto de muitas lutas populares. Com a revolução de 1930 o Brasil entrou num processo de desenvolvimento econômico urbano/industrial, o que trouxe um grande número de pessoas vindo das áreas rurais para as grandes cidades em busca de emprego e de melhores condições de vida. Porém, ao contrário das expectativas, esse grande acúmulo populacional ocasionou graves problemas sociais pela falta de assistência, educação, habitação, saneamento básico, de infraestrutura e outros disponibilizados para esse deslocamento intensivo de população.

Na medida em que a industrialização crescia, crescia com ela a concentração de renda, ampliavam-se as desigualdades sociais, aumentava as tensões nas relações de trabalho provocando graves problemas na *questão social*¹ (BULLA 2003, p.5).

A crescente exploração inerente ao sistema capitalista agrava os problemas sociais, já que é do próprio sistema gerar desigualdades, pois a acumulação do capital só se dá através da exploração do trabalho e da concentração de bens nas mãos de poucos em detrimento daqueles que somente tem a força de trabalho segundo Marx em “O capital” 1985 (*apud*, BULLA 2003, p.4).

Todo esse processo gerou uma grande tensão na classe operária devido às más condições de trabalho e a falta de uma proteção do trabalhador. Com os trabalhadores tornando-se cada vez mais consciente que havia exploração do seu trabalho, e também com o agravamento dos problemas sociais vinculados à acumulação capitalista, fez com que os trabalhadores se organizassem em movimentos para lutar por melhores condições de trabalho e de vida.(BULLA 2003, p.4).

Segundo Ferreira (2005, p.1) “o liberalismo defendia o princípio da liberdade individual, necessário à constituição do mercado de trabalho, remetendo toda responsabilidade ao indivíduo por seu próprio bem estar”. Com o avanço do mercado capitalista surge também, contraditoriamente, uma necessidade de lutar contra essa concepção

¹Questão Social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.(definição segundo site: Wikipédia, pt.wikipedia.org/wiki/Questão_social)

liberal de livre mercado da força de trabalho, ou seja, uma luta contra esse tipo de proteção social que nesse momento histórico são defendidos pelos liberais.

A crescente exploração provocada pelo sistema capitalista agravava os problemas sociais, este fato provocou nos trabalhadores uma consciência da necessidade de lutar, levando os mesmos a se organizarem em movimentos por melhores condições de vida e de trabalho. Surge nesse momento o movimento operário organizado em sindicatos e partidos políticos, consistindo numa reação de autodefesa da sociedade de classes elaborando instrumentos para conter os perigos e excessos do mercado capitalista. Essas lutas ocorriam através de greves fazendo assim pressão para que suas reivindicações viessem a ser atendidas.

Nesse contexto o presidente Getúlio Vargas vendo-se pressionado e ameaçado pelos movimentos, temia que esta situação pudesse chegar a um grau que trouxesse graves prejuízos para sua política econômica, o que o levou a providenciar algumas medidas de políticas sociais de caráter preventivo, para minimizar a situação ligada ao conceito de progresso social e industrial (BULLA, 2003, pag. 6).

O Estado abraçou a partir daí uma ambígua política de proteção ao trabalhador. Em novembro de 1930 criou o Ministério do trabalho, indústria e comércio, e promulgou uma legislação trabalhista que aparentemente atendia tanto os interesses dos próprios trabalhadores, como aqueles da industrialização emergente (BULLA, 2003, p. 5). No mesmo ano foi criado o Ministério do Negócio da Saúde, da Educação e Saúde Pública, e assim a partir daí foram sendo criados vários órgãos e leis de benefícios aos trabalhadores contemplando suas várias categorias.

Em 1933 as caixas de aposentadoria e pensões foram estendidas a todas as categorias de profissionais. Já no ano de 1939 foram regulamentadas a justiça do trabalho e a legislação sindical, no ano seguinte foram instituídos os impostos sindicais, o salário mínimo e o serviço de alimentação da previdência social. Em 1942 por decreto foi designado a lei de criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), órgão esse que junto ao estado cuidava dos Serviços de Assistência Social. Nesse contexto o governo entendeu que deveria cuidar do bem estar da sociedade, o que também seria uma forma de gerar um controle para trazer harmonia social.

Dallago (2007, p. 3) observou que no período de 1930 a 1960 as políticas sociais no Brasil desenvolveram-se mais com um direcionamento à “proteção” aos trabalhadores,

para criar condições e assegurar a força de trabalho apropriada, e atender as exigências do mercado emergente. Dallago (2007, p. 3) reforça dizendo: “não se pode deixar de considerar que a política social também foi produto de luta dos trabalhadores reivindicando suas necessidades”.

Olhando para o histórico das políticas sociais, percebemos que todas as conquistas foram adquiridas através de luta por parte da população e que também se deram conforme as necessidades do momento e pela situação de precariedade em que se encontrava a questão social de cada período. FALEIRO colabora com essa análise dizendo: “As políticas sociais no Brasil estão relacionadas diretamente às condições vivenciadas pelo País em nível econômico, político e social” (*apud*, PIANA 2009, p.21).

Durante a ditadura militar as políticas sociais tinham em seu interior um objetivo de legitimação do sistema autoritário vigente, possuíam um caráter fragmentário, setorial e emergencial em sua condução e seus usuários eram tratados de forma assistencialista e clientelista. Sustentavam-se na necessidade de dar legitimidade aos governos que buscavam bases sociais para manter-se no poder de estado, passando a ideologia de que o desenvolvimento social dependia do desenvolvimento econômico (DALLAGO 2007, p. 3). O regime da ditadura militar durou 25 anos (de 1964 a 1989) e foi caracterizado pelo autoritarismo, repressão, censura permanente e ausência de eleições.

A partir de 1978 iniciaram-se muitas mobilizações contra o regime militar, inclusive greves operárias organizadas pelos sindicatos da região do ABC paulista. Dois anos depois (1980) a sociedade brasileira reivindicou a redemocratização do país e o governo do presidente/General João Batista Figueiredo assumiu o compromisso de ampliar a abertura política. Em 1982 ocorreram eleições diretas para governadores e prefeitos, e também o fim do bipartidarismo, ARENA e MDB, para a criação do multipartidarismo (DALLAGO 2007: p. 3,4).

Diante de todos esses acontecimentos a classe trabalhadora mobilizou-se em 1984 eleições diretas para presidente, esse processo de luta ficou conhecido por movimento “Diretas já”, o qual se apoiava numa emenda constitucional proposta pelo deputado Dante de Oliveira visando a participação popular nas eleições para presidente, a mesma foi apresentada ao Congresso nacional, porém não foi aceita por falta de votos suficiente (TOSTES, 2010, p 96). As eleições presidenciais ocorreram em 1985, mesmo a votação sendo realizada de forma indireta, ou seja, somente com a participação dos membros do colegiado Eleitoral, este

elegeu Tancredo Neves para presidente e José Sarney como seu vice; Com a morte de Tancredo, Sarney assumiu a presidência. Suzane Tostes acrescenta:

Esse cenário de conflito e tensão no âmbito da política e da economia persistiu no/em todo o governo de Sarney. Ainda com os mais altos índices de inflação, dívida externa pra pagar, greves de trabalhadores em prol de aumento de salário, entre outros fatores. (2010: p. 99)

Nesse contexto de repressão da ditadura militar, a sociedade encontrou forças e lutou por seus interesses a partir da pressão dos grupos populares, e nessa luta por mudança políticas, sociais e econômicas, conseguiu instaurar a Assembleia Nacional Constituinte em 1986 a qual foi promulgada em 1988 (DALLAGO 2007: p. 3,4).

No final dos anos 80 com a constituição de 1988 já em vigor consolidou-se uma maior preocupação com o bem estar social da população manifesto na garantia dos direitos de seguridade social, no direito a saúde garantida pelo Estado, na Previdência Social e assistência social. No início dos anos 90 começa a ser discutido com mais força uma forma de combate a pobreza.

Todos os gastos do governo com política social, desde que ela se inicia com a regulamentação trabalhista e segue com a criação de outras políticas sociais de assistência a população, deram origem à uma concepção específica do chamado Estado de “Bem-Estar Social” (*Welfare State*), o qual mesmo não sendo implantado totalmente no Brasil, deu ao Estado uma grande força política, administrativa e de controle da massa social evitando assim as tensões entre as classes.

Com a implantação do ideário Neoliberal, tivemos um momento de derrota para a questão social, pois no cerne de sua ideologia, evidenciava-se um descompromisso total com o bem estar social da população, afetando a saúde, educação, segurança e outros setores da assistência social, bem ao contrário do que apregoava o Estado-Social, ao indicar que o Estado tem o compromisso prioritário somente com a segurança e garantia do bom funcionamento do livre mercado (CREMONESE, 2011, p. 9).

Sendo assim podemos entender que na ideologia neoliberal, o que importa é somente o crescimento econômico do mercado mesmo que para isso a população pobre sofra e que a desigualdade se apresente mais contrastante, onde o rico se torna mais rico e o pobre mais pobre.

1.2 Globalização e neoliberalismo no contexto social

A globalização teve início com a emergência da nova economia resultante do impacto da revolução tecnológica na indústria, à medida que a produção industrial crescia aumentava também a necessidade de expandir ou eliminar as fronteiras econômicas impostas pelos Estados nacionais. Com a evolução dos meios de comunicação e transporte, o acesso ao “mundo” tornou-se de certa forma, uma simples decisão administrativa ou uma questão financeira das corporações para querer se deslocar ou se comunicar com outras partes do mundo. O processo de Globalização desde o início trouxe consigo grandes transformações em escala mundial principalmente nas áreas econômicas, sociais, políticas e culturais. Nesse sentido, Boaventura (2002, p. 26) nos diz que estamos diante de um fenômeno multifacetado, por afetar dimensões distintas ao mesmo tempo.

Nas três últimas décadas a economia mundial passou por grandes mudanças, provocando uma enorme necessidade de inter-relação cada vez mais intensa entre os países, devido ao processo de globalização. A Globalização para Gilddens (*apud*, SANTOS, 2002: p. 26) pode ser definida como a “intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontece a muitas milhas de distancia e vice-versa”. O que nos faz compreender que o mundo globalizado é um mundo em intercomunicação com todos os países do globo, e que os acontecimentos ocorridos podem ser conhecidos por todos, e também as consequências econômicas boas ou ruins são refletidas para o mercado mundial.

A partir desse novo estágio do sistema capitalista mundial, globalizado e industrializado, e como a organização social se constitui através de classes que se distinguem em classes privilegiadas e desprivilegiadas, no sentido geral, esse processo trouxe um exagerado desnivelamento econômico provocando uma enorme desigualdade econômica.

Por um lado a Globalização é como uma homogeneização e uniformização do mundo, ela trouxe consigo avanços na tecnologia, na comunicação, no transporte, pois agora mais do que antes, o mercado é o mundo e as empresas, não se produzem somente para uma localidade, mas para todos os países. Por outro lado de acordo com Boaventura (2002 p.26) a globalização interage de forma diversificada com outras transformações no sistema mundial que se manifestam ao mesmo tempo na desigualdade entre países ricos e pobres e no interior de cada um deles, sobre população, a catástrofe ambiental, conflitos étnicos, a migração

massiva nacional e internacional, a emergência de uns Estados e a falência de outros, guerras civis, crime organizado globalmente, falta de assistência social e outros problemas.

Essas transformações e a busca desenfreada pelo lucro trouxeram, com o avanço econômico, grandes problemas, principalmente para os países periféricos, pois os mesmos não estavam preparados. Nesse contexto quem mais teve “prejuízo” foram as áreas sociais que sofreram uma regressão imposta pelo modelo econômico neoliberal, o qual não inclui investimento significativo para a área social.

A globalização econômica tem como alicerce o consenso neoliberal e sua ideologia está direcionada a algumas adequações necessárias aos países que se dispõem a participar desse processo. Dentre essas adequações destacam-se três principais: a restrição drástica à regulação estatal da economia; os novos direitos de propriedade internacional para investidores estrangeiros; e a subordinação dos estados nacionais às agências multinacionais tais como o Banco Mundial, FMI (Fundo Monetário Internacional), e a Organização Mundial do Comércio (SANTOS, 2002, p.31).

O neoliberalismo teve como laboratório, em 1973, o Chile da ditadura do General Augusto Pinochet, mas só ganhou força no início dos anos 80 com a eleição na Inglaterra da ultraconservadora Margareth Thatcher e com a eleição do candidato a presidente da direita do partido republicano nos Estados Unidos, Ronald Regan. Foi nos Estados Unidos ainda que em novembro de 1989, especificamente na cidade de Washington, houve um encontro que ficou conhecido por “consenso de Washington”. Em suas resoluções foram definidas as reformas necessárias para a América Latina a fim de adequá-la ao novo universo ideológico do capitalismo globalizado no qual os países em desenvolvimento doravante seriam definidos como países “emergentes”. Essa ideologia apresentava entre suas metas prioritárias a estabilização da política monetária e fiscal, o corte de gastos públicos e que segundo CREMONESE (2011, p. 9), sua aplicação trouxe como resultado, graves consequências para a economia desses países, mas o setor que mais teve prejuízos no âmbito das ações desenvolvidas pelo estado foi as políticas públicas e sociais.

Foi da necessidade de reestruturação dos países beligerantes, que ficaram enfraquecidos economicamente no pós-segunda-guerra, que surgiram agências multilaterais como o Banco Mundial cujo objetivo era dar-lhes suporte financeiro.

O Banco Mundial foi criado em 1944 para reconstruir a Europa pós-guerra. Depois evoluiu, segundo os interesses capitalistas, para transformar-se na maior fonte de desenvolvimento da economia de mercado e assistência financeira do mundo, com o intuito de levar o desenvolvimento e erradicar a pobreza dos países (MEDVERDEFF e OLIVEIRA, 2011, p. 3).

Desde 1970 as agências Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), vem atuando em escala mundial, na superação da crise global do capitalismo. Essas agências elaboram modelos de desenvolvimento para o mundo atuando através de investimentos e empréstimos para o setor público e também para o setor privado. Mas seus planos não se restringem somente a questão econômica, colocam também em foco o compromisso com o WelfareState, alterando o espaço de ação da esfera estatal e sua forma de relação com a sociedade (SIMIONATTO 2000:p. 01). Esses bancos possuem uma lógica de políticas públicas focalizadas na qual o crescimento seja compartilhado por todos e contribua para reduzir a pobreza e a desigualdade (idem,2000, p. 02). Ivete Simionatto acrescenta ainda:

O redirecionamento de políticas sociais universalizantes é indicado como condição fundamental de sustentabilidade sócio-política do ajuste econômico, o que requer uma intervenção estatal eficiente e eficaz nos marcos do Estado-nação para responder aos interesses do grande capital (2000: p. 3)

Até os anos 80 o Banco Mundial focou sua lógica em três setores de prioridades como: administração pública, lei e justiça; transporte; saúde e outros serviços sociais. A partir da mudança do contexto internacional, no fim dos anos 80, há uma grande mudança tanto nas relações de empréstimo como nas prioridades, que agora focam a diminuição das diferenças sociais entre os países membros (MEDVERDEFF E OLIVEIRA,2011: p. 6).

De acordo com Simionatto(2000: p. 2,3) as agências multilaterais possuem como principais características: a Focalização (onde o investimento no setor social deve concentrar nas áreas de extrema pobreza); Descentralização (transferência das decisões da esfera estatal para a esfera Estadual e Municipal), e também para o terceiro setor; e por fim a privatização (transferência da produção de bens e serviço da esfera pública para o setor privado lucrativo).

O que se pode compreender desse contexto de investimento é que, para aceitar um pedido de empréstimo dos países membro, são impostos pelas agências, como condicionantes á aceitação, várias exigências as quais o país deve se subordinar e colocar em prática segundo a lógica de desenvolvimento do banco.

A partir das características acima citadas o que se nota é que, das exigências formuladas, todas elas envolvem a questão social. A focalização que remete aos programas de combate a pobreza, a descentralização que envolve o direcionamento dos programas sociais para a gestão Estadual e Municipal, e também a privatização que envolve a terceirização dos serviços públicos transferindo-os para o setor privado e/ou filantrópico.

Quero destacar nesse momento o chamado terceiro setor, ou seja, o público não estatal, que representa uma estratégia de redução de gastos estatais com os serviços públicos, sendo este um dos componentes estruturais da lógica de reestruturação da economia na ótica das agências multilaterais financiadoras, que com essa visão repassam à sociedade civil as responsabilidades de fazer o papel que o Estado deveria fazer conforme está na constituição, disfarçando-a com o discurso desolidariedade.

A verdade é que o neoliberalismo é a forma adotada pelo modelo econômico capitalista vigente na maior parte do mundo atualmente, e nesta sua nova apresentação não prioriza as políticas sociais, tendo por tendência reduzir os gastos estatais principalmente nesse setor. De acordo com SILVA (2009: p. 1), o neoliberalismo trata a Questão Social de forma focalizada, ou seja, focando o gasto social em programas e público alvo específicos, selecionado conforme a urgência da necessidade, foca no indivíduo e não nos direitos que o mesmo possui. Assim essa maneira de tratar a questão social, traz um aumento da desigualdade, diminui o emprego estatal, por causa das privatizações, tirando a estabilidade do emprego, causando a desestruturação familiar, pois as famílias ficam a mercê do das vagas de emprego do mercado capitalista.

Antes que a política neoliberal fosse implantada nos anos 90, o Brasil passou por uma grande crise econômica. Foi um dos piores momentos econômicos vivido pelo país, que ocorreu no final da década de 70 e início de 80, produto da crise no setor financeiro; a dívida externa cresceu, houve uma queda do PIB, e a grande elevação das taxas de juros internacionais, sem falar na escalada inflacionária que chegou em 1989 ao que se pode chamar de hiperinflação, esta década para muitos autores ficou conhecida como década perdida.

Essa crise provocou uma grande desorganização do setor social e a degradação da infraestrutura dos serviços públicos, essa desordem logo se refletiu no agravamento da pobreza (POCHMANN1994, 177). Com a rápida elevação da inflação o governo priorizou como meta a luta para estabilizar a economia do país, optando por fazer cortes nos gastos que

acreditava ser menos significativo, atingindo em cheio a já carente área social. Nessa época o índice de desigualdade cresceu muito, e o segmento da população que mais sofreu prejuízos com todo esse descontrole foram os pobres, havendo um aumento da pobreza no Brasil nessa época. Uma das conquistas que se pôde obter para o campo social na década de 80, foi a constituição de 88, principalmente no capítulo dos direitos sociais, onde se estabelecia à universalização e descentralização do atendimento à saúde, representando um avanço no setor institucional e o rompimento da cidadania regulada²(POCHMANN 1994: p. 175).

Nos anos 90, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, tem início a Reforma do Estado conduzida pelo ministro Bresser Pereira. Por essa reforma a política social se apresenta submissa às orientações macroeconômicas do estado brasileiro, ficando longe de se encaixar nas dimensões adquiridas a partir da constituição de 88 (SILVA 2009: p. 3).

Conforme orientação da programática política do neoliberalismo, o Estado tende a se desvencilhar de qualquer responsabilidade com as questões sociais, e com o vácuo criado no atendimento criado por essa determinação começaram a surgir então organizações não estatais chamadas de terceiro setor que, partindo da sociedade civil, passam a promover a assistência social tendo por modelo o programa Comunidade Solidária. Para Silvia Bezerra (2009, p. 2) esse tipo de assistência social possui característica que causa dependência de recursos externos e também tem um caráter transitório, com a substituição do Estado pelo terceiro setor, a substituição da universalidade pela focalização e o autofinanciamento. Segundo ela esse tipo de política assistencialista é uma estratégia de manutenção das desigualdades sociais.

1.3 Neoliberalismo no Brasil

A Política Neoliberal foi iniciada no Brasil, no início dos anos 90, a partir do governo do presidente Fernando Collor de Melo. Ele e sua equipe criaram um plano econômico que a pretexto de diminuir a inflação promoveu a desregulamentação da econômica nacional, aprofundou a abertura do mercado brasileiro e desestruturou os elementos estatais de planificação da economia, depois com as tentativas de negociações com as instituições internacionais, principalmente o FMI. Mas a reforma de Estado no governo Collor não foi bem sucedida, pois provocou grande preocupação entre a classe empresarial e a

²De acordo com SANTOS “O conceito de cidadania regulada tornou-se bastante adequada para identificar o conjunto de valores e direitos que passou a estar vinculado ao sistema de estratificação sócio-ocupacional que se constituiu naquele momento, subordinado ao processo de industrialização nacional.” (*apud*, POCHMANN, 1994, p. 1)

elite política brasileira, devida rumo que as reformas do estado, estavam tomando, e o que poderia desencadear. Sua base política era fraca, a não ser o frágil partido o PRN (Partido da Renovação Nacional). Segundo Cremonese (2011, p. 10), esse frágil apoio tenha sido uma das razões pela qual acabou sofrendo um impeachment.

No entanto, de todas as medidas polêmicas tomadas pelo presidente Collor a que mais influenciou para sua derrota foi quando ele bloqueou as contas de poupanças da população. Collor sofreu uma grande derrota política e popular dois anos depois da sua eleição a presidente da república; o povo saturado de desmando e corrupção promoveu uma grande manifestação pedindo seu *impeachment*. Collor de Melo foi julgado, condenado e teve de entregar seu cargo de presidente a Itamar Franco, seu vice, que assumiu com base em uma aliança política envolvendo todos os partidos patronais e com o apoio dos partidos dos trabalhadores que lhes cedeu à ministra Luiza Erundina e o num amistoso chope com Lindebergue Farias, então presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes) e líder juvenil do PCdoB, celebrou o novo momento da política nacional e constituiu um governo de unidade nacional acalmando o clima tenso deixado com o *impeachment* de Collor, atenuando, sem paralisar, a aplicação da política neoliberal que estava sendo implantada no país.

Logo que Itamar assumiu a presidência nomeou para o cargo de Ministro das Relações Exteriores, o senador Fernando Henrique Cardoso, o qual em seguida assumiu a pasta do ministério da fazenda lançando neste processo o Plano Real cuja medida mais evidente foi à mudança da moeda nacional.

Fernando Henrique Cardoso se candidatou a presidência da República e ganhou a eleição de 1994 e seguiu dando curso à política neoliberal, entre suas principais iniciativas políticas estavam as reformas liberalizantes associadas à desregulamentação da economia, a abertura do mercado externo e a privatização das empresas estatais.

Com a implementação dessas políticas neoliberais houve graves consequências para o povo brasileiro entre elas um alto índice de desemprego, o crescimento exorbitante da dívida externa, o aumento a exclusão social, o número de pobres cresceu absurdamente, e a diminuição dos gastos públicos, principalmente na saúde, educação e transporte. Toda essa corrida desesperada para estabilizar a economia do país, só conseguiu frustrar a população brasileira que já se encontrava desacreditada na política.

De acordo com PILONI(2010 e p. 11) a sinalização da era Sarney indicava que o Brasil iria optar pela política neoliberal, mesmo no período de transição democrática, mas foi com Collor, FHC e, em seguida por Lula, os quais atuaram em níveis diferentes, que o Brasil transitou para a gestão Neoliberal com um resultado negativo para o setor social.

FHC foi quem efetivou, com todas as consequências, o desmonte das políticas sociais estatais dando lugar ao terceiro setor que ganhou grande força como instrumento de intervenção na política do setor social no Brasil. O presidente programou em seus dois mandatos o Programa Comunidade Solidaria e o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do estado, documento que se tornara destaque neste período e que reflete sua influencia ainda hoje.

O programa Comunidade Solidária foi implantado no Brasil já com a marca das agências multilaterais como Banco Mundial, FMI e BID. Foi criado a partir da necessidade de programar os Programas de Ajuste Estrutural, o estabelecimento de uma rede de proteção social, entre instituições através de parcerias, que pudessem garantir o processo de reforma do Estado. Como no discurso neoliberal o Estado não pode garantir sozinho diretamente uma política social de conteúdo universal, devendo então buscar parceria com a sociedade civil, ou seja, o terceiro setor, o qual constitui diversas entidades como ONGs, Associações, Entidades Filantrópicas e outras. E para reduzir a pobreza no País, apostou-se nos Programas de combate a pobreza.

1.4 Programas de combate a pobreza no Brasil a partir dos anos 90

Nos anos 90, o Brasil entrou em um novo momento com relação à questão social, iniciou-se uma nova política nacional de segurança alimentar. Isso foi resultado da campanha de mobilização social criada pela Ação da Cidadania contra Fome, a Miséria e pela Vida, desenvolvida pelo sociólogo Herbert de Sousa, o Betinho.

Ainda no governo de Itamar Franco (1992 a 1994), foi criado o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar), o qual se tornou um organismo de consulta e coordenação das políticas governamentais no âmbito da Segurança alimentar e do combate à fome (ZIMMERMANN, 2006, p. 5).

No segundo mandato do governo Fernando Henrique, houve uma mudança com relação às políticas sociais, foi dada uma maior importância para a segurança alimentar. A partir desse momento foram criados vários programas de distribuição de benefícios para as famílias e adolescentes. Em 1996 foi lançado o programa de Erradicação do Trabalho Infantil

(PETI), para eliminar o trabalho infantil nas carvoarias, lavouras, pedrarias e olarias. Assim tivemos vários avanços nas Políticas Sociais ao quais foram tomando um novo espaço tornando-se cada vez mais debatidas. Para se criar novas maneiras de combater a pobreza a partir dos programas criados pelo governo, foi lançado o Programa Bolsa Escola, como o primeiro programa de transferência de renda efetivado no Brasil, surgiu a partir de uma experiência, aprovado como medida provisória, implantado em Campinas, Santos, Ribeirão Preto em 1991, e no Distrito Federal em 1995, e em 2001 foi implementado em outras partes do país pelo governo Federal.

O Programa Bolsa Escola foi lançado ainda no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo deputado Nelson Marchezan, que na versão original do projeto previa um auxílio mensal de 30 reais por filho às famílias com renda menor de um salário mínimo. As crianças participantes seriam as que se encontrasse na faixa de 0 a 14 anos, logo, as maiores de 7 anos, devidamente matriculadas, e frequentando assiduamente na escola.

O programa objetivava principalmente, garantir o direito a alimentação e inclusão na escola e teve grande aceitação tornando-se a mais importante das políticas Sociais do governo brasileiro. Em 2002 já havia no Brasil outros programas sociais, os quais beneficiavam aproximadamente cinco milhões de famílias, entre eles o programa Bolsa Escola (vinculados ao Ministério da Educação), Auxílio Gás, (vinculado ao Ministério de Minas e Energia), e o Cartão Alimentação, (vinculado ao Ministério da Saúde), os quais eram administrados por organizações distintas, essa grande quantidade de órgãos diferentes envolvidos em diferentes programas, causou uma desorganização com relação às informações cadastrais das famílias e para tentar resolver o problema foi criado o Cadastro Único dos programas Sociais, ainda no governo de FHC, o qual avaliava as condições econômicas de cada família e as encaminhava aos devidos programas.

Em 2002 o Partido dos Trabalhadores (PT) venceu as eleições presidenciais com a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva após sua quarta tentativa como candidato. O novo governo criou muitas expectativas positivas na população brasileira, Lula, como era popularmente conhecido, com sua trajetória política e sua origem simples, cativou o gosto popular.

Logo de início o principal objetivo da política social de Lula foi erradicar a fome no país com a implementação do Programa Fome Zero, para o qual criou o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome (MESA), para coordenar toda a

ação. No ano seguinte este ministério foi substituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, e foi lançado o Programa Bolsa Família, que unificou todos os programas de transferência de renda do governo federal existentes inovando com o cadastro e a administração centralizada, trazendo mais eficiência ao programa. O Programa Bolsa Família teve uma grande aceitação tornando-se a mais importante das políticas Sociais do governo brasileiro, o qual beneficia milhões de famílias, e embora seja alvo de muitas críticas é bem aceito pela população de baixa renda.

Apesar da grande aceitação do Programa Bolsa Família e dos seus resultados positivos para a população mais pobre do país o Brasil continua enfrentando grandes dificuldades com relação à distribuição de renda a qual apresenta um alto índice de desigualdade, havendo grande concentração de riqueza nas mãos de poucos, provocando assim uma crise estrutural na econômica interna no sistema de produção e nas relações de produção do país, donde derivam grandes problemas sociais, como o desemprego, os baixos salários, a marginalidade, a fome, a violência, a falta de moradia, etc.

O Programa Bolsa Família divulga ainda ser integrado por uma política de inclusão nas escolas e formação técnica para o mercado, mas de acordo com Aroyo (2010: p. 36), tudo isso não passa de política compensatória de carência moral de valores e de atitudes as quais só tentam encobrir o fato de que o Estado não consegue contornar a situação o que só demonstra a fragilidade da visão do governo em criar esse tipo de “soluções”. Para Enzo e Aluísio (2011: p. 84) o Bolsa Família atende somente as demandas emergenciais, e perde de vista as condições estruturais do país.

Com a constituição de 1988 dá-se início a um novo momento para a assistência Social brasileira, pois entra em processo de construção uma nova matriz inserida no âmbito da seguridade e regulamentada pela LOAS³ (Lei Orgânica da Assistência Social) em dezembro 1993 como política social pública. A Assistência social, para Yazbek (2008, p.15), inicia sua caminhada no campo dos direitos sociais e da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal em sua efetivação. Yazbek reforça dizendo:

³ “Aprovada em 7 de dezembro de 1993 por um movimento envolvendo gestores municipais, estaduais, organizações não governamentais, Governo Federal e representantes no Congresso, a LOAS passou a operar sob a estrutura de uma política pública de Estado”. Site: [kolpingorgbr/site/noticia/97 dezoito-anos da-lei orgânica de assistência-social loas?tmpcomponent&print=1&page=](http://kolpingorgbr/site/noticia/97-dezoito-anos-da-lei-org%C3%A2nica-de-assist%C3%AAncia-social-loas?tmpcomponent&print=1&page=)

Dessa forma a Assistência Social como campo de efetivação de direitos é, (ou deveria ser) política estratégica, não contributiva, voltada para a construção e provimento de mínimos sociais de inclusão e para a universalização de direitos, buscando romper com a tradição clientelista e assistencialista que historicamente permeia a área onde sempre foi vista como prática secundária, em geral adstrita às atividades do plantão social, de atenções em emergências e distribuição de auxílios financeiros. (2008: p. 16).

A regulamentação da LOAS é um ganho para a assistência social nos anos 90, trás um novo momento para questão social que passa a ser vista não só no âmbito da proteção trabalhista, passando a considerar a efetivação dos direitos não contributivo, volta sua atenção para, ainda que em caráter emergencial e seletiva, a distribuição de auxílios financeiros às vítimas da pobreza no Brasil. De acordo com Yazbek a LOAS “... configura-se também, como estratégia fundamental no combate à pobreza, à discriminação e à subalternidade econômica, cultural e política em que vive grande parte da população brasileira” (2008, p. 15).

Em outubro de 2004 a Política Nacional de Assistência Social⁴ (PNAS) entra em vigor, e apresenta seu (re) desenho através da perspectiva de implementação do SUAS⁵ (Sistema Único de Assistência Social). Ao SUAS cabem ações de proteção básica e ações de proteção especial; as ações de proteção básica (prevenção a situação de risco) serão executadas de forma direta pelo CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e as indireta e de proteção especial (atenção assistencial destinada a indivíduos que se encontram em situação de alta vulnerabilidade pessoal e social) nas entidades das organizações da A.S. na área de abrangência do CRAS (YAZBEK, 2008, p. 17).

O que se nota em tudo isso é que desde o início da implantação das políticas neoliberais no país, desde o mandato do presidente Fernando Collor, passando por FHC e seguindo com o presidente Lula, as ações de todos esses governos nada mais fizeram do que se adequar as exigências feitas pelas agências do Banco Mundial, FMI e BID, as quais combinam contraditoriamente, redução da pobreza com redução dos gastos públicos principalmente na área social; descentralização das responsabilidades do Estado com a questão social e sua responsabilização pela sociedade civil; discurso de solidariedade, onde

⁴ Aprovada após um longo debate na IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília em dezembro de 2003.

⁵ “O SUAS é constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social prestados diretamente – ou através de convênios com organizações sem fins lucrativos –, por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público” (YAZBEK, 2008, p. 17)

entra o incentivo para abertura do terceiro setor, com o abandono das necessidades mais sentidas pela população pobre do país.

CAPITULO 2: PROGRAMA DE RENDA MÍNIMA BUSCANDO SUA ORIGEM

A renda mínima é um conceito que fundamenta a política social que, em geral, é designada para a camada mais necessitada da população, executada pelo Estado para complementar a baixa renda familiar. Pode ser dotada de exigências as quais devem ser cumpridas pelos beneficiários, e formas seletivas para a escolha dos clientes, de maneira que se as condições não forem cumpridas os mesmos perdem o benefício. Mas não necessariamente esse tipo de política tem por princípio a condicionalidade, há experiências também incondicionais já realizadas.

De acordo com Silva (apud, LICIO, 2002,p.22), renda mínima é uma transferência em dinheiro a famílias ou a indivíduos, transmitida condicional ou incondicionalmente, para complementar ou substituir outros programas sociais, objetivando atender um mínimo possível das necessidades básicas da população pobre. O conceito de renda mínima parte do princípio de que todo cidadão tem o direito a garantia dos meios básicos de sobrevivência para viver com dignidade.

Segundo Licio(2002, p.23) a literatura sobre o assunto aponta duas orientações para a política de renda mínima, a qual se apresenta em duas categorias: *Imposto de Renda Negativa* e *Renda Básica*. O Imposto de Renda Negativo é condicional e com característica limitada do benefício, pois só o recebe a camada pobre que comprovar baixa renda, e há um acompanhamento dessas informações de tal forma que logo que o beneficiado muda de posição social, quer dizer, a renda familiar aumenta, ela perde o benefício. Como exemplo desse tipo de orientação tem os Estados Unidos, que utilizam este modelo desde o ano de 1960.

Renda básica é um benefício pago em dinheiro em intervalos regulares a todos os membros de uma comunidade, independente de qualquer critério que não seja o da cidadania, é concedida sem a exigência de comprovação de renda ou da situação de desemprego, apresenta a ideia de que esta renda é apenas a devolução do montante recebido pelos ricos e devolvido aos pobres através de imposto. Um exemplo de sociedade que utiliza esse tipo de política de renda é o Estado americano do Alasca.

A primeira experiência de proteção social que pode ser considerado renda mínima foi a Lei dos Pobres (criado na Inglaterra em 1795). Esta ocorreu no contexto de uma monarquia absolutista e foi criada para proteger a população da pobreza que a ameaçava, e

proteger os pobres (VIANNA, 2002, e p. 3). Nessa época, assim como hoje, a pobreza era considerada um risco social, e a Lei dos pobres significou a segregação e o controle social sobre esta pobreza. E neste caso os pobres foram amparados através de distribuições de alimentos, por meio de recolhimento a asilos e até recrutamento para as manufaturas públicas (VIANNA, 2002e p.3).

Após a segunda guerra mundial quase todos os países desenvolvidos buscaram formas para aperfeiçoar seus sistemas de proteção social, e foi neste contexto que surgiu o conceito de Estado de Bem Estar Social ou *welfarestate*, que estabelece um novo modelo de política social(VIANNA 2002,p. 5).

EspingEndersem (apud, LICIO, 2002, p. 6) apresenta três enfoques conceituais que podem definir quando um Estado se torna um *welfarestate*. A primeira é que as maiorias das atividades rotineiras do Estado devem estar direcionadas para o bem estar social do conjunto da sociedade. Nesse caso o Estado só assume o controle quando a família e o mercado não estão conseguindo suprir as necessidades, dessa forma restringe seus cuidados somente a grupos marginalizados. Numa segunda abordagem o Estado de Bem Estar não é residual, mas é destinada a toda a população sem distinção, é universalista o estado faz um compromisso com o Estado de Bem Estar. Na terceira abordagem a ênfase conceitual se dá em selecionar os critérios para assim julgar os tipos de *welfarestate*.

De acordo com Licio(2002, p. 10), o *welfarestate* não se resume somente em direitos e garantias, é preciso considerar de que maneira as ações estão ligadas com o papel do mercado e da família em termos de provisão social.

A partir da literatura especializada, o *welfarestate* pode ainda ser classificando em vários termos distintos, tais como: Estado de Bem Estar Liberais, Estatal Corporativo ou Socialista, Corporativo Patrimonialista, Democrata Cristão e Social Democrata.

Vale dizer mesmo que este teve seu papel importante na história da política social, ganhando maior importância após a crise do capitalismo em 1929, ajudando a criar alternativas para cuidar da sociedade carente da época e nos dias atuais. Também participou da etapa de desenvolvimento dos Estados nacionais, da marcante consolidação de cidadania, sob o marco democrático (LICIO, 2002).

2.1. Programa de renda mínima no Brasil

A década de 90 foi a que ganhou maior destaque quando nos referimos ao problema do combate à pobreza no Brasil. Foi nesse período que se levantaram questões a respeito da busca de soluções para diminuir a pobreza no país, esse tema foi discutido por várias correntes ideológicas.

Os programas de renda mínima começaram a ser discutido no Brasil em 1991 a partir do projeto de lei n. 80/1991 apresentado no Senado Federal pelo senador do PT de São Paulo Eduardo Suplicy, este instituía um Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), que tinha como proposta beneficiar todos os brasileiros residentes no país maiores de 25 anos de idade, que tivessem uma renda correspondente a 2,25% salários mínimo.

Com isso iniciam-se vários debates sobre a possibilidade de criação de programas de renda mínima condicionados na agenda pública brasileira, o qual anteriormente surgiu em caráter mais geral, beneficiando brasileiros de baixa renda. Após várias discussões e debates foram definidos os programa de combate a pobreza, que, desse modo, beneficiariam as famílias de baixa renda que mantivesse os filhos na escola. Esses programas foram implantados primeiramente em nível local, tendo por experiência cidades como Campinas, Ribeirão Preto, Santos e o Distrito Federal. E como programa de renda mínima condicionada no Brasil, a nível federal, foi instituído o Programa Bolsa Escola.

Assim, o Programa Bolsa Escola, como o primeiro programa de transferência de renda efetivado no Brasil, surgiu a partir de uma experiência aprovada como medida provisória. O Presidente Fernando Henrique Cardoso aprovou a lei nº 9533 em 1997 autorizando o Poder Executivo a conceder apoio financeiro aos municípios que adotasse programas de renda mínima associados a ações socioeducativos, pensadas dentro da lógica da universalização da educação fundamental, fornecendo bolsas para crianças de 7 a 14 anos de idade a partir dos critérios da renda familiar (BICHIR 2010, p. 4). Este apoio seria um cofinanciamento de até 50% aos municípios que adotasse o PGRM em ações socioeducativas que não tivesse recursos suficientes. Esse programa visava também o desenvolvimento de ações socioeducativas e promoção da cidadania através dos conselhos de controle social do programa. O PGRM só durou até o ano 2000, por causa de problemas políticos e administrativos, depois foi transformado em Programa Bolsa Escola (BICHIR 2010, p. 4).

O cadastramento das crianças era de responsabilidade dos municípios além do desenvolvimento das ações socioeducativas assim como o controle das condicionalidades. Além do programa BE foi criado também uma rede de proteção social que incluía a previdência rural e vários outros programas no campo da assistência Social. O presidente FHC no final do seu mandato criou o cadastro único de programas sociais, o qual serviu de instrumento utilizado na identificação de famílias em situação de pobreza em todos os municípios brasileiros a fim de melhorar a focalização dos programas na população mais pobres (BICHIR 2010p. 4).

Com a eleição para presidente da república, Lula instituiu de imediato o programa Fome Zero, o qual apresentava várias inovações em relação aos programas sociais do governo de FHC e que seria o carro chefe do início de seu governo. Na gestão anterior havia três programas que atendiam a assistência social, o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás. Nesse momento o programa Bolsa Família entra para unificar todos eles em um único programa social com cadastro e administração centralizada no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda direta, criado para a parcela da população em situação de pobreza ou extrema pobreza, instituído pela Lei 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, é descentralizada e compartilhada entre a União, estados, Distrito Federal e municípios. Os entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução que é de responsabilidade do Governo Federal, atualmente, com algumas atuações municipais. Este é organizado através de um cadastro único nacional (CadÚnico), dotado de condicionalidades que comprometem as famílias, as quais devem ser cumpridas para que as famílias continuem recebendo o benefício. Esse programa foi adaptado a partir do programa Bolsa Escola, para integrar e unificar-se ao programa “fome zero”.

Existem várias condicionalidades para tornar-se cliente do programa PBF, sendo que uma das principais condicionalidades para que as famílias venham a se cadastrar no Cadastro Único (CadÚnico) é a de ter uma renda *per capita* mensal de até R\$ 140,00. Cumprida essa exigência ela deve entrar em contato com o comitê do PBF da sua cidade e informar seus dados. A seleção é feita pela Caixa Econômica federal, assim o benefício é liberado de forma impessoal para evitar possível contato e influência de políticos, diminuindo assim a possibilidade de alguma fraude.

A família cliente deve ter em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 e 12 anos ou adolescentes até 15 anos e o valor recebido é proporcional a quantidade de filhos, e depende se a família está inserida em outros programas como o Pró-Jovem, por exemplo. As mulheres tem prioridade no cadastramento do PBF. É necessário que as famílias assumam um compromisso de manter-se no programa.

Há também condicionalidades relacionadas à saúde, educação e a assistência social. Na área da educação são exigidas que as famílias venham a manter seus filhos devidamente matriculados na escola pública e com uma frequência mínima de 85% da carga horária mensal das crianças e adolescentes de seis a quinze anos de idade. Os estudantes de 16 e 17 anos precisam ter frequência escolar mínima de 75%.

A assistência social também é exigida nesse campo para criança e adolescente de até 15 anos, faixa de vulnerabilidade para o trabalho infantil, ou situação de risco. Para aqueles que já foram retirados do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do trabalho infantil (Peti), requer-se a participação em serviços de conveniência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Peti, e obter frequência de no mínimo 85% mensal.

Na área da saúde deve ser feito um acompanhamento na agenda de saúde e nutrição de gestantes e crianças de zero a sete anos que compuser a família, pois é feito um acompanhamento de pré-natal, exames de rotina, vacinação e acompanhamento nutricional das crianças.

A família faz um compromisso de manter um relacionamento de certa forma íntimo com o Comitê Local do programa, pois o responsável deve informar qualquer alteração na composição da família e qualquer mudança de endereço ou mudança de escola, ou seja, tudo isso deve ser feito para que não venha acontecer nenhuma incompatibilidade de informações e a família continue a receber o benefício sem interrupção.

Silva (2007, p. 12) ressalta que o desligamento do programa não ocorre por um simples descumprimento de uma condicionalidade; a família só deve ser afastada do programa após descumprimento de determinado condicionalidade pela quinta vez, ou seja, se for cometida a mesma falta pela quinta vez pelo mesmo motivo, e somente se for comprovada a responsabilidade da família, ou seja, se a descumpriu por simples negligência dos responsáveis, ressalta-se ainda que o programa apresenta um papel mais educativo do que punitivo.

O programa bolsa família busca garantir o direito da criança e do adolescente em estar devidamente matriculado na escola, assim está presente entre as suas condicionalidades o acompanhamento da frequência escolar. Mas somente a frequência não garante um ensino de qualidade, não avalia se a criança está tendo um bom desenvolvimento.

De acordo com estudo bibliográfico feito a respeito do Programa Bolsa família e a educação, percebi que o programa bolsa família causou um grande efeito na vida de muitas famílias de baixa renda brasileiras, pois não é por acaso que o programa tem ganhado reconhecimento internacional. Mas o efeito mais visível é o financeiro, onde o benefício permite que os responsáveis venham a desempenhar um maior interesse com relação à permanência da criança na escola controlando seus filhos para que estes não faltem às aulas, com o objetivo de cumprir as exigências do programa garantindo assim o recebimento contínuo do benefício.

É bem verdade que quando se trata da permanência da criança na escola o programa tem atingido um grande êxito. Mas o que não fica explícito é quanto à melhoria no desenvolvimento educativo desta criança, já que a condição é qualitativa, ou seja, que a criança tenha no mínimo 85% de frequência na escola. O que parece ser uma das falhas do programa, pois pressupõe que o programa não vê esse “detalhe” como algo importante.

A partir do estudo feito sobre o Programa Bolsa Família, pude perceber que existem muitos questionamentos a ser feito a respeito das intenções do governo em tomar esse tipo de política como forma de controle a pobreza ou a combater as suas próprias falhas. Vejo então nesse Programa uma abertura para entender a verdadeira relação deste com a educação. É importante questionarmos a fim de que possamos compreender melhor todos os lados que estão envolvidos neste processo, e também para que se venham esclarecer as reais intenções, e efeitos para os seus beneficiados.

2.2. Educação e Pobreza

A educação vem ganhando um espaço maior entre as principais discursões e reflexões de órgãos governamentais e da sociedade civil, pelo fato de abranger diversas dimensões políticas, econômicas sociais e culturais (CORREA, 2012: p. 1). Discute-se nesse âmbito a educação como instrumento inclusivo e capaz de trazer transformações aos indivíduos, tanto com relação ao seu crescimento intelectual quanto ao seu desenvolvimento econômico.

Em 1990 foi realizada em Jomtien, na Tailândia a “*Conferencia Educação Para Todos*”, esta iniciativa buscava estabelecer o planejamento, metas e a efetivação de políticas educacionais nomundo todo, colocando na agenda dos governos o compromisso em garantir o acesso e permanência na educação básica, de crianças, jovens e adultos (CORREA, 2012, p. 3).

Juciani Correa (2012, p. 3) cita o Programa Merenda escolar, o qual tem o objetivo de minimizar as consequências das desigualdades que atinge parte das famílias brasileiras, garantido pelo menos uma refeição diária durante os dias letivos aos alunos matriculados no ensino público da educação básica.

Entre os programas voltados atualmente para inclusão educacional o Programa Bolsa Família, que vincula a frequência escolar a um complemento financeiro mensal as famílias que cumprem com as regras do programa, é o que efetivamente mais tem contribuído para o cumprimento das metas estabelecidas pela “*Conferencia Educação Para Todos*”.

A adoção das políticas de transferência direta de renda como instrumento de contenção da pobreza pelo governo brasileiro na década de 1990 mostra claramente que o governo vem buscando se desvincular da tradição assistencialista das políticas sociais com a adoção de normatização e de outrascontrapartidas por parte dos beneficiários dos programas sobressaltando o direito universal à assistência social. Algumas dessas exigências agrupam méritos para outras demandas sociais trazendo a otimização da aplicação do recurso público, gerando demandas para a saúde e também à educação (SILVA, BRANDÃO, DALT: 2008 p. 299).

Esse tipo de programa de programa de transferência direta de renda, trata da assistência social não como um direito universal, que é para todos, mais de forma a priorizar determinados nichos sociais, focando somente nas áreas e concentração de extrema pobreza. Isso nos faz pensar o quanto o “Programa bolsa família” é utilizado como campanha política, trazendo mérito a governos como um feito grandioso, para uma ação que não chega perto do que é uma verdadeira Assistência Social, que deve ser para todos, acaba focando, e deixando de fora muitos dos quais deveriam estar enquadrados no programa, até mesmo pelo valor irrisório diante do quando de extrema pobreza.

A educação faz parte dos direitos fundamentais da criança e do adolescente de acordo com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), a qual deve ser assegurada pelo

poder público criando as condições para que esse direito seja efetivado na vida da criança e do adolescente, para prepará-lo para o mercado de trabalho e se tornar um cidadão consciente e atuante na sociedade.

Podemos destacar realmente a educação como a área mais importante na vida do indivíduo para sua formação como pessoa em uma sociedade, ou melhor, como direito do cidadão pensante e atuante, logo esse deve ser o objetivo de uma instituição de ensino para com o aluno.

Nesse contexto recebe atenção especial a educação voltada para a construção do conhecimento e a formação da consciência cidadã. Para tanto, os dados sobre a realidade brasileira estão a exigir várias mudanças no âmbito cultural, social, econômico e político, sempre em busca de respostas e alternativas para que se atinja um nível de vida de melhor qualidade, e o mais indicado instrumento de mudança é a educação. (CORRÊA, 2012:01)

Há várias discussões sobre a educação como meio de inclusão social e possível meio de mudança da posição econômica na sociedade. De acordo com os autores Anderson Silva, André Brandão e Salete Dalt, a descrição de casos singulares de êxito de pessoas pobres no sistema escolar mostra a falta de movimentos estruturais promovidos pelo sistema educacional, para que não fique somente como eventos isolados. Os autores acrescentam ainda que “Esse fato induz à ideia de um ciclo de reprodução da pobreza e da desigualdade decorrente da combinação da má qualidade das escolas com a condição social das famílias participantes do programa” (SILVA, BRANDÃO e DALT, 2008, p. 300).

Mesmo com as teorias bourdiesiana, que podem levar a convicção da ascensão social pela via escolar, as evidências desse quadro fazem com que a maior parte das pesquisas realizadas no Brasil nesse tema enfatiza casos singulares de indivíduos de classe pobre que mudaram de status por meio da trajetória escolar em longo curso. Algumas dessas pesquisas apontam a situação de classe, fatores vinculados à raça e sexo como obstáculos, que pesam em meio ao curso educacional dos estudantes pobres no sistema escolar (idem, 2008, p. 299).

Esta é uma discussão cheia de controvérsias, pois teoricamente seria ideal que o indivíduo atingisse o nível social e econômico desejado através da educação, mas esse é um assunto que para obter resposta depende da realidade social, cultural e econômica do contexto do indivíduo.

2.3. Bolsa família e educação

O que pretendo destacar neste momento do trabalho são os possíveis efeitos causados pelo PBF no rendimento escolar dos clientes do programa. Já indicamos anteriormente que houve uma mudança aparente dos clientes em relação ao cumprimento das condicionalidades pelas famílias, pois os responsáveis temem a perda do benefício. Condicionalidades estas que são: manter as crianças de 6 a 15 anos matriculadas na escola; manter o percentual de 85% de frequência na escola; manter em dia os cuidados básicos de saúde e com o calendário de vacinação para crianças de 0 a 6 anos; cumprir a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mulheres que estão amamentando e atualizar os dados sempre que houver alterações, como por exemplo, mudança de endereço, de escola e outros. E com o cumprimento das mesmas podemos compreender que os clientes pelo menos permanecem na escola.

Glewwe e Kassouf (2008, p. 1), examinaram o impacto do Bolsa Família sobre o progresso das crianças nas escolas extraindo dados do censo escolar (1998-2005) criando um retrato das escolas públicas de 1^a à 4^a e 5^a à 8^a séries.

O método de estimação utilizado por eles comparou as mudanças no número de matrículas, abandono e progressão escolar nas escolas que possuíam alunos que eram clientes do programa, em momentos diferentes.

Glewwe e Kassouf avaliaram, após contabilizar os efeitos cumulativos, que o Bolsa Família tenha aumentado as taxas de matrícula em cerca de 5,5% de 1^a à 4^a série e cerca de 6,5% de 5^a à 8^a série. Eles também descobriram que o programa reduziu as taxas de abandono escolar em cerca de 0,5% no caso de crianças da 1^a à 4^a série e cerca de 0,4% cento, no caso de crianças da 5^a à 8^a série. O programa aumentou as taxas de aprovação em cerca de 0,9% para crianças da 1^a à 4^a série e 0,3% para crianças da 5^a à 8^a série.

Nesse caso houve um aumento significativo se levarmos em conta que o período da pesquisa foi logo no início da implantação do Programa de transferência de renda e também houve nesse espaço de tempo mudanças no programa que deixou de ser o Programa Bolsa Escola para tornar-se o Programa Bolsa Família. De acordo com os pesquisadores ocorreu um aumento na taxa de matrículas, redução na taxa de abandono escolar, e também aumentou do índice de aprovação na escola.

Em pesquisa mais recente realizada em 2011 por Juciani Severo Correa, a partir dos resultados obtidos, ela considera que há uma preocupação por parte dos órgãos responsáveis pelos clientes do programa bolsa família em cumprir as condicionalidades, para não sejam excluído do programa, mas não constatou mudança com relação ao rendimento ou

mesmo no comprometimento das famílias em relação ao crescimento pessoal do(s) beneficiado(s). Para ela os responsáveis apresentaram uma preocupação centrada no medo de perder o benefício, por isso, segundo ela, a maioria dos pesquisadores estão seguros em afirmar que os alunos permaneceram mais tempo na escola depois de participar do programa, por outro lado ainda se coloca em dúvida sobre o verdadeiro motivo dessa permanência já que não se percebeu um envolvimento efetivo dos alunos com as tarefas escolares em sua pesquisa, complementa a autora:

”Considera-se o Programa não como uma medida permanente, mas como um fator transitório que pode contribuir para a emancipação dos sujeitos envolvidos, através de sua inserção e permanência no cotidiano da escola. Os pais incentivam os filhos a frequentar as aulas ou pela necessidade de manutenção do benefício (as crianças procuram a escola pela pressão dos pais) e/ou pela distribuição da merenda escolar, mas sem um envolvimento maior com a educação e crescimento pessoal. Acredita-se que o Programa Bolsa Família atua de forma significativa no sustento de muitas famílias brasileiras, tem atenuado a pobreza, mas ainda não está conseguindo promover a emancipação de seus beneficiários”. (CORREA, 2012: 12)

Juciani Severo Correa (2012, p. 12) considera o PBF como um mantenedor alimentar da família brasileira, ou seja, torna o beneficiário um dependente do programa, o programa ameniza a pobreza, porém não o faz sair dessa situação, o programa ainda não conseguiu a emancipação do beneficiário.

Os resultados das pesquisas consultadas retratam um pouco da realidade dos clientes do programa bolsa família, e considerando esses resultados os pesquisadores estão convictos com relação às mudanças ou efeitos causados na vida dos clientes do programa, quais sejam o aumento da frequência escolar e o cumprimento das outras condicionalidades.

As pesquisas também destacam o benefício como um bom auxílio financeiro e isso foram percebidos pelo medo em que o responsável demonstra em perdê-lo. Agora com relação ao rendimento escolar ainda não se obteve respostas concretas, pois depende muito da questão cultural e econômica da família, depende do interesse do grau de estudo da família para que a mesma venha a se conscientizar da importância de seu papel em todo esse contexto.

A escola também tem um papel a cumprir; ela deve se capacitar para se apresentar como esse elemento capaz de envolver as crianças e adolescentes em projetos educacionais

que descortinem perspectivas de superação do ciclo de pobreza que domina a história das famílias clientes do programa.

Diante da complexa realidade que envolve o PBF, necessário se faz questionar se o programa está realmente preocupado com o desenvolvimento educacional desses beneficiários? De que forma o programa vem demonstrando essa preocupação? Será que esse benefício está sendo verdadeiramente eficaz para garantir um bom desenvolvimento educacional para os bolsistas do programa?

Entendo que este conjunto de questões são lacunas que o programa não deixa esclarecido, se são limites objetivos impostos por um histórico de carências, de difícil superação num espaço de tempo tão exíguo como o que condiciona o PBF, ou se realmente no âmbito da racionalidade estratégica do programa não espaço para a devida importância a categoria qualidade do aprendizado, mas somente para a quantidade de crianças na escola.

3. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE MARABÁ

O município de Marabá apresentou um total de 32.739 famílias inscritas no Cadastro Único até janeiro de 2014. Com base no CENSO 2010 o município de Marabá apresenta uma estimativa de 30.061 famílias de baixa renda, e destas uma estimativa de 21.494 famílias pobres aptas ao perfil do Programa Bolsa Família no município.

De acordo com o Relatório de Informações Sociais (SAGI/ RI) o Programa Bolsa Família, beneficiou até o mês de abril deste ano 20.339 famílias representando uma cobertura de 94,6% das famílias em situação de pobreza no município de marabá. As famílias recebem benefício com valor em média de R\$171,66, e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas do mês de abril deste ano alcançou R\$3.491.392,00. Com relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar baseado no primeiro bimestre de novembro de 2013 atingiu um percentual de 92,52% para crianças e adolescentes entre 6 a 15 anos.

Marabá conta com escolas em praticamente todas as regiões do município. As escolas da rede estadual contam com infraestrutura precária, e em sua maioria encontram-se sucateadas. A rede municipal de ensino conta com escolas em melhores condições alcançando a meta no IDEB de 2015(4,1) para o município.

3.1. Programa Bolsa Família e as famílias marabaenses em foco.

A pesquisa ora apresentada foi realizada no município de Marabá, mas precisamente no núcleo Novo Marabá, onde foi abordada a questão do rendimento escolar dos alunos após se tornarem clientes do PBF(Programa Bolsa Família). Pretendo através desta apontar quais as mudanças que o PBF trouxe para os clientes cadastrados com relação ao rendimento dos mesmos na escola e se o programa causou algum impacto em suas vidas.

O Programa Bolsa Família foi utilizado neste estudo como problema de pesquisa, tendo por fonte de dados os indicadores relacionados principalmente aqueles vinculados ao impacto educacional existente ou não como resultado desse programa nas famílias pesquisadas.

Realizou-se um levantamento das questões a com intuito de averiguar a existência ou não de um impacto educacional sobre os clientes a partir da percepção das mães

sobre os sensíveis nos relacionamentos de seus filhos e com a escola após sua inserção no PBF.

Para essa pesquisa foi elaborado um questionário com 14 perguntas, contendo questões sobre dados pessoais, além de questionamento sobre os possíveis efeitos causados pelo Programa Bolsa Família na vida das famílias cadastradas e possíveis mudanças no comportamento escolar das crianças clientes, os referidos dados foram obtidos a partir de uma amostra aleatória com 10 famílias moradoras da folha 33, bairro Nova Marabá, na cidade de Marabá-PA.

3.2. A pesquisa de campo realizada

Partindo para a pesquisa de campo, ao aplicar os questionários, estávamos em busca de famílias que me dessem respostas a questões levantadas neste trabalho. Entre os vários clientes do Programa no bairro Novo Marabá na folha 33 houve uma escolha de (10) dez famílias para a aplicação do questionário. Para efeito da não identificação dos entrevistados utilizamos nomes fictícios para denominá-los no trabalho com o objetivo de preservar suas identidades e não comprometê-las pelas informações prestadas nas entrevistas.

Logo na primeira residênciapode-se entrevistar duas famílias, devido o fato de haver duas irmãs cadastradas. A primeira entrevistada foi a Sra. Maria Silva, com 25 anos de idade e cinco filhos, cujo o mais velho, com idade de dez anos, cursava o quarto ano do 1º ciclo do ensino fundamental, o outro, de oito anos, estudava o segundo ano do mesmo ciclo acima, outro, de seis anos, cursava a primeiro ano do ciclo já citado, o quarto, de quatro anos, está no jardim II e o mais novo que ainda é um bebê estudavam na Creche. Dona Maria Silva, no entanto, só recebe os benefícios pelos quatro filhos mais velhos; ela mora com a mãe em uma casa de madeira muito simples e não trabalha fora, vive da renda da mãe cujo valor corresponde a um salário mínimo e complementa com o que recebe do PBF no valor de R\$326,00 (Trezentos e vinte e seis reais).

A outra irmã, Francisca Silva, tem 35 anos de idade e mora com o marido em outracasaalugada, vive coma renda do cônjuge equivalente a salário mínimo a qual complementa com o benefício do programa no valor de R\$285,00 (Duzentos e oitenta e cinco reais). Essa família é composta por quatro filhos, sendo que três deles estão em idade escolar. Um com nove anos cursao terceiro ano no 1º ciclo do ensino fundamental, outro de sete anos

estuda o segundo ano do mesmo ciclo, o terceiro filho de quatro anos estuda no jardim II em uma creche, o quarto filho está com a idade dois anos.

Neste mesmo dia realizamos a entrevista com a Sra. Tereza Sousa, a entrevistada tem (02) dois filhos embora, sem pagar aluguel, com o marido em uma pequena casa de madeira de dois cômodos, cedida por um tio, em caráter provisório. A referida senhora é de origem marabaense, mas foi cadastrada no estado do Tocantins onde morou por algum tempo, depois transferiu o cadastro para Marabá quando retornou para sua cidade de origem. A família vive com a renda do genitor correspondente a um salário mínimo a qual é complementada com o valor de R\$218,00 reais, que ela recebe do PBF. Apenas uma de suas filhas está com idade escolar, com seis anos, e estuda o segundo ano do 1º ciclo do ensino fundamental, a outra filha tem somente dois anos idade.

A quarta entrevistada foi a Sra. Cleide Pereira; ela é casada e têm duas filhas. O marido é funcionário público estadual e está pagando pena em reclusão. A referida senhora mora com as filhas em uma casa cedida temporariamente pelo pai. Uma das filhas em idade escolar está com nove anos e cursa o terceiro ano do 1º ciclo do ensino fundamental, a outra está com dois anos. A Sra. Cleide não possui renda fixa, trabalha como diarista, porém, há alguns meses está impossibilitada de trabalhar por motivo de doença. A família vive agora exclusivamente com aproximadamente R\$328,00 reais de doações por parte dos familiares e complementa com o valor de R\$64,00 reais que recebe do PBF.

A quinta família entrevistada foi a da Sra. Rosa Silveira, de origem maranhense, mora em Marabá aproximadamente há seis meses, tem três filhos que moram com o pai em Açailândia/MA. Ela separou-se do pai das crianças e atualmente tem um companheiro. Segundo seus relatos, ela sempre acompanhou e orientou os filhos nas tarefas escolares, todavia, nesse momento eles estão morando em companhia do pai e a mesma, ao receber o benefício do programa, o repassa para o ex-marido que é quem atualmente é o responsável pela educação das crianças. Os três filhos estão em idade escolar, o primeiro com doze anos cursa o oitavo ano 2º ciclo do ensino fundamental, o segundo de nove anos estuda no primeiro ano 2º do mesmo ciclo do anterior e o mais novo, com apenas sete anos, cursa o quarto ano do 1º ciclo do ensino fundamental. A referida senhora recebe o equivalente a R\$166,00 reais do PBF referente às três crianças.

A sexta entrevista foi realizada com uma família de origem maranhense e que atualmente está morando em Marabá há poucos mais de oito meses, cujo cadastro do PBF já

foi transferido para o município de domicílio. A entrevistada, dona Judite Araújo, tem três filhose é casada, mora em uma casa de madeira cedida temporariamente por um terceiro, sem ônus. A mesma trabalha na função de empregada doméstica, recebe R\$500,00 reais mensais e complementado sua renda com o benefício de R\$280,00 que recebe do PBF, sendo essa a renda total da família pois o esposo se encontra desempregado. A referida família tem uma filha de dezessete anos cursando o segundo ano do Ensino Médio, um filho de doze anos fazendo o sétimo ano do 2º ciclo do ensino fundamental e um de três anos que estuda jardim I em uma creche.

A sétima entrevistada é Sra. Paula Cunha, proveniente da capital do estado do Pará, Belém, a referida família mora aproximadamente a seis meses na cidade de Marabá. Paula Cunha é casada e tem três filhos, moram em uma casa simples de madeira tamanho médio juntamente com outras duas famílias, somando um total. Sua filha mais velha, de 21 anos, e o filho de dezenove anos desistiram de estudar; apenas o filho mais novo de dezessete anos estuda e está cursando a sétima e oitava série à noite no EJA (Educação de Jovens e Adulto). Os dois filhos mais velhos, mesmo sendo maiores de idade, além de não estudar ainda não trabalham. A família vive com a renda proveniente do trabalho eventual do esposo de aproximadamente R\$300,00 mensal, mais o benefícios de R\$108,00 reais que recebe do PBF.

A oitava antepenúltima família entrevistada foi a da Sra. Neide Tavares. A entrevistada se encontra separada do marido aproximadamente sete meses e mora em casa própria com seus três filhos. Neide Tavares trabalha como balconista em uma padaria e recebe um salário mínimo mensal. Seus três filhos estudam: o mais velho com onze anos, cursa o quinto ano do 1º ciclo do ensino fundamental, o do meio com oito anos estuda o terceiro ano do mesmo ciclo do primeiro e o mais novo com seis anos de idade está em uma creche. De acordo com a Sra. Neide Tavares, já faz aproximadamente seis meses que a mesma não recebe nada do programa, em virtude da separação do marido as criança tiveram que evadir-se da escola e ela foi formalmente informada da mudança. Diante dessa prerrogativa o programa cortou-lhe o benefício de R\$164,00.

A nona família entrevistada é a da dona Maria Laura, casada, mora em casa própria, tem três filhos biológicos e adotou um sobrinho órfão de pai e mãe desde os quatro anos de idade, sendo que dos três biológicos, dois são gêmeos perfazendo um total de quatro filhos. A renda da família é de um salário mínimo, proveniente do trabalho do esposo.

Somente duas crianças e um adolescente estão em idade escolar: o filho adotivo de dezessete anos que cursa o 2º ano do ensino médio e os gêmeos de nove anos cursa o quarto ano do 1º ciclo do ensino fundamental, a menor com três anos ainda não está em idade de matricular na creche. A família recebe apenas R\$64,00 reais do PBF.

Na décima e última família entrevistada da pesquisa, veio do município de Açailândia no Maranhão e está há dez anos em Marabá. Não possui casa própria e moram em uma casa alugada simples e pequena. Dona Carmem, a informante, é casada e não trabalha fora; a única renda da família é oriunda do trabalho do esposo que recebe um salário mínimo por mês. A família tem quatro filhos, porém, somente três estão em idade escolar; o filho de sete anos estuda o segundo ano do 1º ciclo do ensino fundamental, a menina de nove anos cursa o quarto ano do mesmo ciclo do filho citado acima e o filho de dez anos estuda o quinto ano do ciclo indicado acima; a mais nova tem dois anos e ainda não frequenta a creche. A renda da família soma o salário do marido mais o benefício de R\$165,00 reais que recebe do PBF.

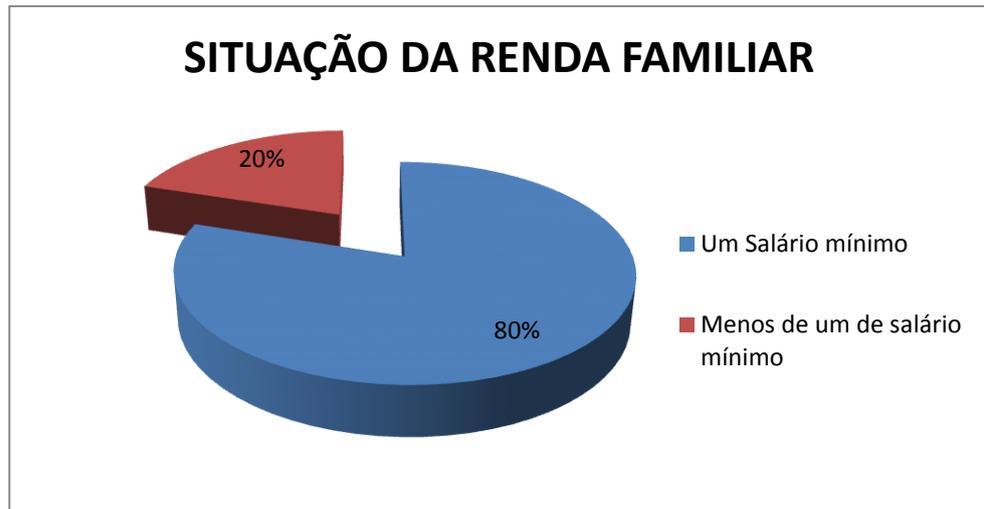
3.3 Perfil das famílias entrevistadas

A partir dos dados pessoais das referidas famílias entrevistadas é possível especificar um perfil das mesmas a partir dessa amostra. Em todas as famílias pesquisadas as responsáveis pelo programa são mães que em sua maioria possuem companheiro, mais somente um dos cônjuges encontra-se empregado ou possui salário fixo.

Em alguns casos eles sobrevivem de trabalho temporário ou “bicos”, geradores de renda eventual diária e não mensal. Todas as famílias entrevistadas vivem com no máximo um salário mínimo fixo acrescentado do benefício do PBF; há casos em que a renda mensal é menor que o mínimo. A maioria paga aluguel ou mora em casa cedida por parentes, os que possuem casa própria são em locais periféricos do bairro.

O gráfico 01 representa a situação de renda das famílias pesquisadas, pode-se perceber que 80% das famílias entrevistadas sobrevivem com um salário mínimo, e 20% sobrevivem com menos de um salário mínimo, vide gráfico.

Gráfico01



Fonte: autora 2015.

Para compreender como o programa avalia o valor do benefício a ser pago a cada família, é preciso relacionar a quantidade de filhos e a situação financeira com a idade dos filhos. Há famílias com a mesma quantidade de filhos que recebe valores diferentes, como por exemplo a segunda família e a nona família entrevistada, nestas duas famílias a quantidade de filhos são iguais e também a quantidade de crianças que recebe é igual, mas o valor recebido pela segunda família é de R\$326,00 reais e da nona família é equivalente a R\$64,00 reais. O que promove a diferença nos valores do benefício é que a entrevistada da segunda família não possui casa própria, a genitora é mãe solteira e não tem renda mensal além de outras especificidades; já a entrevistada da nona família a matriarca é casada, tem casa própria e renda fixa mensal, isso faz com que o programa as qualifique em condições sociais situações e financeiras diferentes.

A tabela 01 mostra com clareza os dados das famílias participantes do PBF especificando a quantidade de filhos participantes e o valor do benefício que cada família recebe.

Tabela 01

N da Família	Filhos clientes do PBF	Valor Recebido do PBF (R\$)
1ª	04	R\$ 326,00
2ª	03	R\$ 285,00
3ª	01	R\$ 218,00
4ª	01	R\$64,00
5ª	03	R\$ 166,00
6ª	03	R\$ 108,00
7ª	01	R\$ 164,00
8ª	03	R\$ 164,00
9ª	03	R\$64,00
10ª	02	R\$ 165,00

Fonte: autora 2015

O programa avalia o benefício conforme a renda *per capita* mensal, ou seja, baseado na renda mensal atribuída a cada pessoa integrante da família, é que se alocam benefícios diferenciados para valores inferiores a R\$ 40,00 reais até R\$ 70,00 reais, buscando identificar as famílias de baixa renda existentes no país enquadradas em uma situação de extrema pobreza.

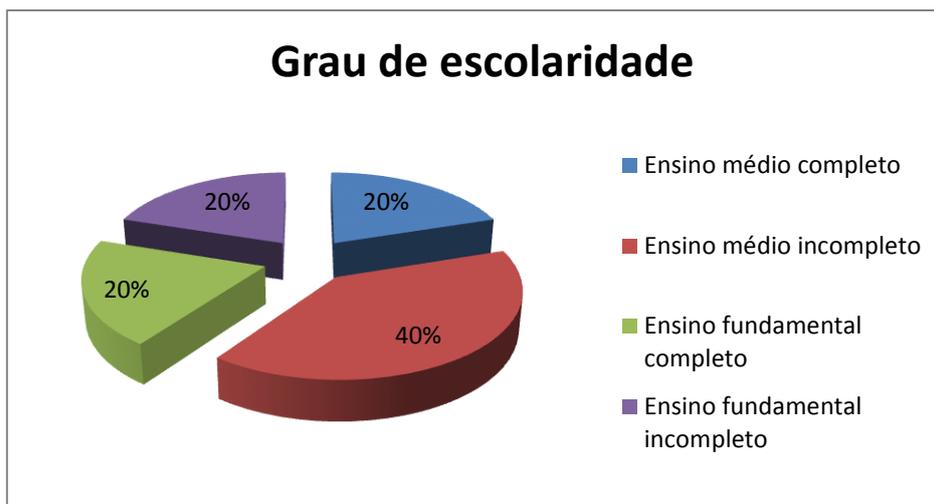
De acordo com exigência do programa a família deve incluir no cadastro todos os integrantes da casa, inclusive se há gestantes e crianças em idade de amamentação, mas o fato de ser incluído não quer dizer que vai receber o benefício Bolsa Família, pois o programa só beneficia crianças com idade entre 6 a 17 anos. Essa inclusão é necessário devido ao cálculo da renda *per capita* familiar, que é o valor da renda bruta dividido pela quantidade de pessoas que compõe a família. Essas informações são importantes para que a família possa participar de outros benefícios variáveis que fazem parte do Plano Brasil Sem Miséria do Governo Federal.

3.4 Situações da escolarização dos pais

A partir da entrevista com as mães foi possível observar o grau de escolaridade dos pais e daí melhor compreender também qual a visão (valores, *ethos*) dessa família em relação à importância do avanço educacional dos filhos para a família.

O gráfico 02 trata da variável escolaridade: detecta-se nele que entre as famílias entrevistadas, somente duas delas os pais cursaram o Ensino Médio completo, o que corresponde a 20% da amostra; representam 40% as quatro famílias em que os pais não concluíram o Ensino médio; duas famílias concluíram o ensino fundamental que equivale 20% do total entrevistada; as outras duas, 20%, não concluíram o ensino fundamental. Dentre todas as famílias entrevistadas, em nenhuma os pais apresentaram-se quanto analfabetos, conforme gráfico abaixo.

Gráfico02



Fonte: autora 2015.

Foi abordado no questionamento a respeito da percepção diferenciada dos pais com relação a sua própria trajetória educacional, se após se tornarem beneficiário do PBF, o fato de terem de incentivar seus filhos a não faltar mais a escola não lhes incitou a também retomarem ou continuarem a estudar.

As respostas das mães não apresentaram indicações concretas de uma percepção diferenciada, pois aquelas mães que já possuem o ensino fundamental completo ou incompleto mencionaram que pensam em continuar estudando, mas enxergam muitas

dificuldades nessa trajetória. As mães que tem o ensino médio completo ou incompleto também manifestaram que pensam em continuar seus estudos e acrescentaram que pretendem ver seus filhos cursando ensino superior, mas em momento algum as mães apresentaram em suas respostas planos de ações concretos a esse respeito, o que demonstra a dificuldade de elaborar qualquer perspectiva de transformação envolvendo o interesse em continuar os estudos em meio a um cotidiano embrutecedor.

Durante as entrevistas foi perguntado o que o PBF representa para a família? E o que mais se destacou em suas respostas foi que o benefício do programa se torna uma renda a mais para a família. Não se pode negar que, no geral, e como resposta principal das entrevistadas, o Programa Bolsa Família representa uma relevante ajuda financeira para o sustento dessas famílias participante e só residualmente um indutor de escolarização para as famílias clientes do PBF.

3.5 Evolução educacional dos clientes: na visão das mães

Ao perguntar o que mudou com relação à evolução escolar de seus filhos na escola após se tornarem clientes do Programa, praticamente as respostas foram às mesmas de todas as mães e a ênfase principal delas relacionou-se com a parte financeira, pois de acordo com seus relatos o dinheiro recebido como benefício serve para comprar o material escolar, o uniforme da escola e também a alimentação além de outras necessidades deles. Como parte da resposta algumas mães mencionaram que após participar do PBF as notas dos referidos filhos melhoraram muito e também lhes aguçou o interesse em permanecer na escola.

Percebeu-se também que as respostas das entrevistadas se diferenciavam de acordo com o respectivo valor que recebiam do programa, como por exemplo: “mudou... mudou porque, para eu comprar o material escolar com recurso próprio era difícil..., agora como o benefício ajuda muito, e outras coisas também, ajuda de na compra roupa e calçados para eles.” diz dona Maria, entrevistada da primeira família que recebe R\$326,00 reais de benefício. “ah...para mim melhorou muito, não tem nem lógica né, tem gente que reclama, há eu ganho pouco, mas o pouco que agente ganha ajuda muito, não tenho do que me queixar não,... pra mim foi bom demais.” disse dona Francisca entrevistada da segunda família que recebe R\$285,00 reais de benefício.

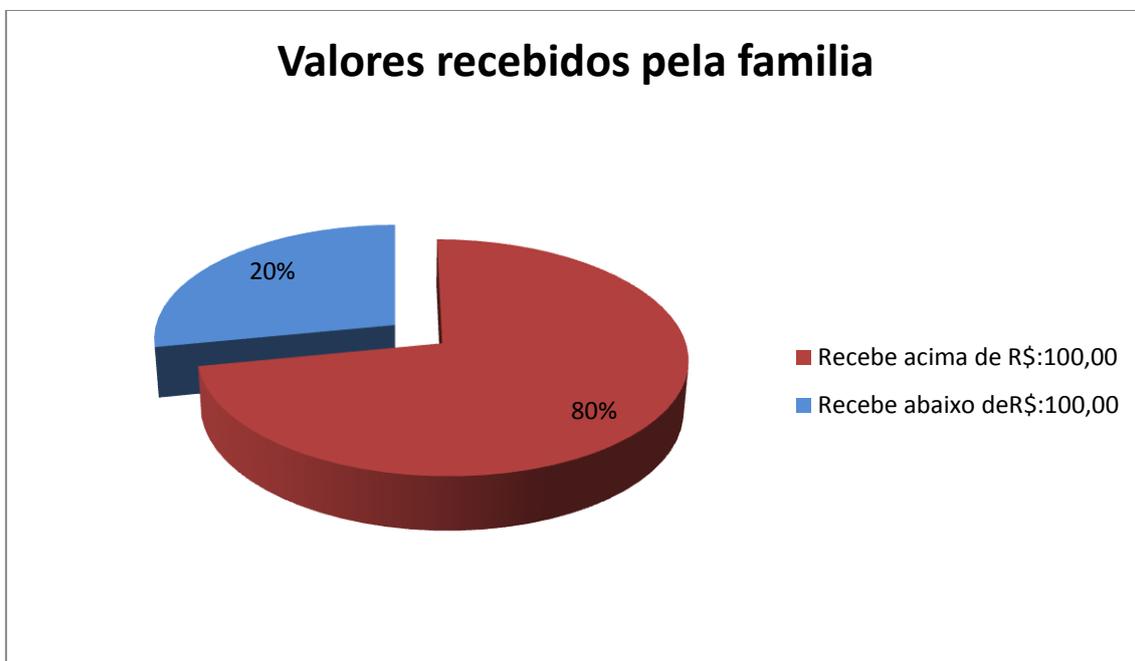
Observou-se que a resposta foi diferente quando se tratou de pequenos valores, “...como por exemplo, participar desse programa não mudou muita coisa, por que eu não vou dizer que R\$64,00 reais não é nada, mas para mim que não trabalho, estou vivendo assim de favor, se fosse pelo menos R\$134,00 era melhor, porque R\$64,00 é só um complemento para

comprar um alimento ou então quando eu compro alguma roupa ou material escolar, se elas tem alguma coisa é por que tem a família do pai delas e a família da mãe, os meus irmãos que me ajudam, mas não é por causa do bolsa família, não mudou muito, espero que mude mais.” (D. Cleide entrevistada da quarta família que recebe R\$64,00 reais).

Ao conversar com dona Laura obteve-se a seguinte resposta: “melhorou um pouco as notas, só um que tem muita dificuldade em matemática, mas melhorou, recebo muito pouco não dá para quase nada.” (entrevistada da nona família que recebe R\$64,00 reais).

Dentre as participantes, duas famílias recebem o benefício com valores abaixo de R\$100 reais e as outras oito recebem um pouco acima desse valor. As oito mães que recebem valores acima de cem reais se mostram satisfeitas com o programa, embora não apresente um resultado significativo com relação ao rendimento dos filhos após ser cadastrados no PBF. As mães que recebem valor abaixo de cem reais também não apresentam melhoras, ou alguma diferença nos resultados dos filhos com relação ao rendimento escolar, após se cadastrarem no Programa, elas somente reclamam que o valor é pouco. Como mostra no gráfico abaixo.

Gráfico 03



Fonte: autora 2015.

Quando referiu-se à frequência das crianças na escola a maioria das mães relataram que não mudou nada, pois os filhos só faltam quando estão doentes, outras mães

disseram que as crianças já haviam se ausentado da escola por falta de dinheiro para comprar o uniforme e o material escolar no início do ano letivo.

Perguntado às mães se elas passaram a se preocupar mais com a vida escolar dos filhos após se tornarem clientes do Programa, as respostas foram praticamente iguais:

“Não! acho que não” respondeu dona Maria. A manifestação de dona Cleide foi muito parecida com a anterior, *“não! minha preocupação é a mesma, não mudou nada não”*.

O relato de dona Rosa foi o seguinte: *“antes eu já me preocupava, sempre gostei de acompanhar meus filhos mesmo sem o programa. Uma vez tive que acompanhar meu filho na sala de aula porque ele não apresentava interesse, passei a me preocupar mais com o peso”*.

O pronunciamento da dona Neide foi: *“não mudo nada nessa parte, com dinheiro ou sem dinheiro a minha preocupação continuou a mesma coisa, nunca meus filhos ficaram sem estudar.”* Na sequência dona Laura falou: *“continuou a mesma coisa porque eu não vou deixar de cuidar dos meus filhos por causa do programa é uma renda a mais”*.

Dentre as dez mães oito, disseram que não mudou nada, que não é por causa do dinheiro do PBF que elas não vão cuidar da saúde e da educação dos seus filhos. Somente duas mães disseram que mudou um pouco porque tem que ficar atento com as condicionalidades e as mudanças no cadastro e tem que de vez em quando ir ao comitê quando falha o pagamento, mas o que as condicionalidades pedem elas já faziam antes. *“Mudou. Antes se preocupar mais ou menos? Me preocupei mais porque tem que se preocupar”* disse dona Francisca.

“Tive que me preocupar mais. Tenho medo de perder o programa sim! é pouco, mas já me ajudou muito” Comentou dona Paula.

3.6. Desenvolvimento escolar dos clientes na visão das professoras

Dentre as dez famílias entrevistadas foram escolhidas duas para verificar como estava o desenvolvimento escolar de seus filhos na visão de seus professores. As famílias escolhidas foram a primeira e a quarta. As duas tem especificidades diferentes, na quantidade de filhos, na renda, e no valor do benefício.

Com a permissão das mães e a partir dos dados coletados nas entrevistas, passei para um segundo passo da na pesquisaque foi entrevistar os professores dos clientes. Esse segunda etapa de entrevistas envolveu três crianças da primeira família e uma criança da quarta família; foram entrevistados, portanto, quatro professoras destas crianças.

Os alunos escolhidos, como se pode ver na tabela 6, estão em séries diferentes. Três deles possuem idade corresponde a idade adequada para a série cursada, um possui idade correspondente a aluno repetente. Seus nomes na pesquisa são nomes fictícios, para melhor compreensão na hora de identifica-los, não utilizarei os nomes verdadeiros para preservar a identidade dos mesmos.

Leandro, Cristina e Eduardo são irmãos, suas idades são respectivamente 7, 8 e 11 anos, todos são clientes do programa Bolsa Família, na sua família há um total de cinco irmãos, mas somente eles participam do programa, estes são os alunos da família 1. Marina, a outra criança escolhida, também é participante do programa, tem 9 anos e uma irmã, é membro da família 4.

Tabela 6

Aluno	Idade	Série	Sala
Leandro	7	1° ano do 2° ciclo	2
Cristina	8	3° ano	9
Marina	9	4° ano	8
Eduardo	11	5° ano	6

Fonte: autora 2015.

Entrevistamos os quatro professores destas crianças com o objetivo de observar o desenvolvimento escolar de cada uma delas e se, na visão desses professores, o programa Bolsa Família trouxe alguma mudança em seus desenvolvimentos educacionais.

No questionário havia perguntas referente a evolução acadêmica dos alunos e também questões sobre o Programa Bolsa Família e a relação que ele tem com os indicadores educacionais, se o programa tem causado efeitos perceptíveis de melhora ou algum avanço na escolarização dos clientes, isto é, para verificar qual a opinião dos professores sobre todo esse contexto.

A primeira entrevistada, Glória Albuquerque, é professora de Leandro, filho de dona Maria da primeira família; ele tem sete anos estuda o 1º ano do 2º ciclo, está em idade correspondente com a série, isso significa que ele não é um aluno repetente.

De acordo com a professora, ele é um aluno que até agora está tendo dificuldades no aprendizado, por essa razão teve pouco avanço. Segundo o depoimento da professora Leandro traz as tarefas de casa sem fazer, demonstrando com isso que o acompanhamento familiar dele é falho, e é participante do reforço desde o início do ano.

Relato da professora abaixo:

“pouquíssimo, tanto é que ele é um dos meus alunos que está no reforço até hoje, por que o avanço dele é pouco, ele não tem rendimento por que ele não faz, agente identifica que ele não tem um acompanhamento familiar que ele precisaria, então ele não está tendo, tem a nossa parte aqui, mas não tem a parte da família em casa.”(profa Glória)

De acordo com Professora Glória Albuquerque, outra dificuldade que o referido aluno apresenta é com o material escolar, no seu entendimento a maioria dos pais não se preocupam em comprar o material escolar básico necessário para a criança.

Há uma preocupação da professora com o emprego corretodo benefício proveniente do PBF pela família entrevistada. A professora faz um questionamento com os pais em relação ao dinheiro que recebem do programa, porque acontece isso se cada criança recebe um valor que é justamente para comprar o material escolar? Como podemos ver na fala da professora abaixo:

“Olha agente tem dificuldade até com o material, o aluno passa o semestre todinho que não tem nem o material, o quê que os pais estão fazendo com esse dinheiro, que nem material o aluno não tem, caderno tem por que é obrigatório, lápis de cor não tem, tesoura não tem, cola não tem borracha...então eu acho que o dinheiro não é muito direcionado pra escolarização da criança não, na minha opinião não, é falho nisto”. (prof. Glória)

Quando foi perguntado à professora se ela percebe a relação do PBF com o aprendizado do aluno, ela respondeu que para a escolarização do aluno foi bom, mas com relação ao aprendizado ela acha que a falha vem da família que não está utilizando o benefício em favor do aprendizado do aluno, pois alguns pais não compram o material necessário que o aluno precisa na sala de aula e pouco ajudam no acompanhamento em casa. No caso do aluno Leandro, por exemplo, ela no momento da entrevista perguntou ao menino se ele tem os materiais e ele responde que não. De acordo com o seu relato ele além de não ter o material, não avanço no aprendizado e que mais uma vez vai fazer parte do reforço, como podemos ver abaixo na fala dela:

“No caso desse aluno que eu não vejo muito não, Leandro meu amor você tem seus lápis de cor aí? Resposta do aluno. Não. Tesoura? _não; tem cola? _ não. Estábom então brigada! Ele é um dos que não tem material, ele é não um dos que não tem, dos que estão no reforço, dos que não tem avanço, justo ele, e antes de você entrar eu estava confirmando que ele novamente vai ficar no reforço.” (professora Glória)

Na sequência a entrevistada foi com a Sra. Marinalva Paixão, professora de Cristina Maria que também é filha de dona Maria, ela tem oito anos e cursa o 3º ano do 2º ciclo; sua idade também corresponde à série que está estudando.

De acordo com a professora ela é uma aluna esforçada, não falta, porém está com dificuldade no aprendizado, por isso está no programa de reforço da escola. Como pode-se constatar na fala da professora: *“Ela é uma aluna que se esforça, porém está no reforço da escola”*. Perguntada se ela vê alguma relação de efeito do PBF com o aprendizado do aluno cliente, respondeu que o aprendizado depende da família: pois *“Para isso é preciso mais esforço dos pais para ajuda-los em casa”*

A Sra. Patrícia Pereira é professora de Eduardo, o outro é filho de dona Maria. Ele tem 11 anos e está cursando o 5º ano do 2º ciclo; sua idade não corresponde com a série que está estudando pois trata de um de aluno repetente.

De acordo com o relato da professora, ele é um aluno esforçado que já apresentou avanços do início do ano até agora, todavia encontra-se com algumas dificuldades. Quando foi perguntado sobre o desenvolvimento de Eduardo ela respondeu: *“Muito pouco ele está no reforço por causa da leitura e a produção textual dele é fraca para esta no quinto ano, mas ele é esforçado!”*

Ainda falando sobre educação perguntamos a professora Patrícia Pereira se o fato do aluno se cliente do programa Bolsa Família trouxe algum avanço em seu aprendizado, ela respondeu que não, porque acha que o interesse tem que vir dos pais independente do programa.

A outra professora entrevistada foi Sra. Vilma Barcelar. Ela é professora de Marina Bruna, estudante do 4º ano do 2º ciclo, tem 9 anos de idade e é filha de dona Cleide, quarta família. De acordo com a professora ela é uma boa aluna, é assídua e tem um bom desenvolvimento, não é participante do programa de reforço. Perguntou-se como estava o desenvolvimento da aluna em poucas palavras ela respondeu: *“É bom ela é assídua e tem uma boa leitura”*.

3.7 Programa Bolsa Família e educação na visão dos Professores

O programa Bolsa Família tem como condicionalidades, a frequência escolar, de acordo com o relatório do SAGI/Relatório Individual (Secretaria de Avaliação e Gestão de Informações)/ MDS (Ministério de Desenvolvimento Social) e Cad/Únicode Marabá-PA, o acompanhamento da frequência escolar tem como base o bimestre de novembro de 2013, atingindo o percentual de 92,52% para crianças e adolescentes entre 6 a 15 anos, o equivalente a 25.371 alunos acompanhados em um público de 27.423 alunos. E para jovens entre 16 e 17 anos o percentual alcançou 82,16%, resultando em 4.362 jovens em um total de 5.309. Como se pode ver nos resultados apresentados pelo Relatório Individual (RI), a frequência escolar tem apresentado sempre os resultados acima da exigência que é de 85% para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e adolescentes de 16 e 17 anos cuja frequência exigida é de 75%. Isso significa que o programa BF trouxe esse avanço para a educação, mais matrículas e mais frequência dos alunos.

As professoras entrevistadas apresentaram basicamente as mesmas respostas com relação ao programa BF e seus efeitos educacionais, de acordo com elas o Programa tem sido bom no sentido ampliar a frequência escolar, os pais vêm sendo responsáveis nesse aspecto, pois diante de uma falta eles estão vindo justificar as ausências.

Perguntada, se o programa Bolsa Família tem alguma relação com a mudança na escolarização das crianças clientes, a professora Glória Albuquerque respondeu que o programa tem relação com a frequência, porém com a educação mesmo não, em suas próprias palavras ela diz: *“ A única preocupação que a família tem é com a frequência, mas não com a questão do estudo, da educação mesmo, do aprendizado.”*, Perguntou-se ainda, em seguida, se ela acha que o Programa Bolsa Família trouxe avanço no rendimento dos alunos, ao que respondeu que a

criança para ter um avanço é preciso que a família tenha mais interesse, como pode ver na fala da mesma: *“Não, tanto é que muitos alunos do Programa Bolsa Família são alunos que não tem avanço por que não há empenho da família, então eu não acredito que tenha uma relação satisfatória no que tange a intenção do programa”*.

Com relação ao material escolar as referidas professoras perceberam um pequeno avanço, mas ainda enfrentam dificuldades, pois alguns alunos do programa apresentam-se na escola sem material escolar. O que os leva a questionar se alguns pais não estariam utilizando apenas uma pequena parte do benefício em prol da escolarização das crianças, como observa a professora Gloria Albuquerque:

“Olha, agente tem dificuldade até com o material, o aluno passa o semestre todinho que não tem nenhum tipo de material, o que os pais estão fazendo com esse dinheiro, que nem material o aluno tem, caderno tem por que é obrigatório, lápis de cor não tem, tesoura não tem, cola eborracha não tem... então eu acho que o dinheiro não é muito direcionado praescolarização da criança, na minha opinião, é falho isso.

A professora Vilma conta que: *“depende de como eles estão utilizando a bolsa família, qual é finalidade? Porque para melhoria o desenvolvimento escolar não é. Tendo em vista que a criança vai sem o material escolar.”*

“Em minha opinião, o avanço que o programa trouxe para as famílias pesquisadas foi somente no material escolar, mas nem todos usam para essa finalidade, desviam para a alimentação e outros fins.” Relata a professora Patrícia.

Como pode-se ver o programa trouxe melhorias, mas não muito satisfatórias na questão do aprendizado de acordo com as respostas das professoras. Nas perguntas seguintes foi questionado se o programa Bolsa Família trouxe, na opinião delas, avanço no desenvolvimento escolar do aluno cliente. De acordo com as respostas das professoras percebe-se uma opinião de que o programa é bom, tem bons objetivos, mas para que ele tenha melhores resultados na educação do cliente é preciso que a família participe mais, pois não é só de frequência que as crianças precisam e sim da qualidade no acompanhamento do aprendizado em casa. Mas não é o que acontece em muitas das famílias clientes do Programa segundo as seguintes professoras.

De acordo com a professora Gloria:

“A única preocupação que a família tem é com a frequência, mas não com a questão mesmo do estudo, mas com a questão do estudo, da educação mesmo..., E o rendimento não, tanto é que muitos alunos do bolsa família são alunos que, alguns alunos que não tem avanço por que a família não tem interesse. (professora Glória).

O relato da professora Patricia:

”No desempenho mesmo, eu pra te falar a verdade na minha opinião eu acho que não, por que dos pais que tem que vir o interesse, não é do programa e nem nada, o interesse vem dos pais, da comunidade, da família, porque se a família não se interessar não tem dinheiro que faça com que ele se interesse, então tem que vir deles o interesse desse desempenho” (professora Patrícia)

O depoimento da professora Cristina:

“sim trouxe melhoria sim, é como eu já te falei, sobre os básicos dos básicos, porque tinha aluno que os pais não tinha como comprar o caderno, e hoje em dia já tem, justamente usa esse dinheiro pra isso! Muitos deles não tinha, semana passada teve uma aluna que passou quase um mês sem vir porque não tinha caderno, e o bolsa família cadê? Mas ela não recebe BF” (professora Cristina)

Conforme a professora Vilma:

“a finalidade do bolsa Família é um avanço, melhoria na questão econômica e um avanço, agente ver por um lado da questão do material, tem deles que vem sabendo que pode acontecer de cortar, isso melhorou né” (professora Vilma)

A escola tem um papel muito importante nesse Programa porque é através da escola que há um acompanhamento mais próximo do cliente, pois a escola é que percebe o desenvolvimento deles, o desempenho, e também a participação dos pais. A escola repassa as informações de frequência e mudanças como transferência, desistência e mudança de série ao final do ano para o Programa, mas com relação ao desenvolvimento da criança não é uma exigência do Programa Bolsa família.

A escola se preocupa com o desenvolvimento desses alunos, pois é também participante do “Programa Mais Educação”, o qual faz parte das ações do plano Brasil Sem Miséria que é coordenado pelo ministério da educação. O programa oferece educação em tempo integral em escolas da rede pública disponibilizando métodos de estudos, atividades pedagógicas, esporte, lazer, cultura, artes, inclusão digital, promoção da saúde, prevenção, educação científica e educação econômica, o qual é uma parceria, do MDS solicitada pela articulação dos secretários responsáveis pelo Programa Bolsa Família com os Secretários da Educação para tentar garantir que as escolas com maioria de estudantes do referido programa façam a adesão ao Programa Mais Educação.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Silvino Sentis, é participante do Programa Mais Educação, ela apresenta um período de reforço, para ajudar os alunos que apresentam dificuldades no aprendizado, como uma das ações integrantes do PME. Nessa ação a professora separa os alunos que estão com dificuldades e libera os outros que não participam da lista após o segundo período de aula do dia. Isso acontece uma vez por semana, ficando somente os alunos da lista, assim ela trabalha especificamente na dificuldade de cada aluno. A professora Patrícia Lopes, trouxe uma questão que nos fez buscar mais informações sobre esse Programa, ela sugeriu que se verificasse porque muitos alunos do Programa Bolsa Família estão com dificuldades no aprendizado e por isso também participam do “Mais Educação” como se pode ver na fala dela abaixo:

“_ praticamente todos os alunos do bolsa família estão com dificuldades, será que traz benefício, muitos pais dizem assim: vai pra escola menino se não você vai perder o BF, mas não tem aquele interesse em dizer assim vai pra você aprender vai pra você um cidadão, falam vai porque você não pode ter falta”.
(professora Patrícia)

E assim foram concluídas as respostas das quatro professoras.

Para averiguar e confirmar as informações dos referidos professores, voltou-se a Escola Silvino Santis, para conferir com a secretária da Escola a Sra. Irlene Rodrigues Marques Silva, logo ela afirmou que a referida possui 606 (seiscentos e seis) alunos matriculados, onde 223 (duzentos e vinte e três) desse contingente são cadastrado no Programa Bolsa Família. Segundo a secretária esse número pode mudar praticamente todo mês devido as mudanças que ocorrem, por transferência dos alunos, corte do por desistência, e por falta de cumprimento das condicionalidades pelos pais. Agora no Programa Mais Educação na Ação

Reforço de uma centena crianças participante, 54(cinquenta e quatro) dessas crianças também são participantes do PBF, ou seja, mais de 50% dos alunos clientes do PBF estão com dificuldade no aprendizado. Conforme esse depoimento ratifica as declarações dos professores.

Das duas famílias escolhidas para verificação na escola do quesito desenvolvimento escolar e como estava o avanço no aprendizado, pude constatar que somente uma das família, apresentou filhos incluídos nos dois programas, a família 1, ou seja, os três filho são participante dos dois programas, isso significa que os três clientes da Família 1 (filhos de Dona Maria), estão com dificuldade no aprendizado. Na Família 4 (filha de Dona Cleide), onde só tem um cliente, o mesmo não é participante do Programa Mais Educação, como mostra a tabela 7 abaixo:

Tabela 07

Número de clientes participantes dos dois Programas		
Programas	Família 1	Família 4
Programa Bolsa Família	3	1
Programa Mais Educação (reforço)	3	0

Fonte: autora 2015.

De acordo com a análise feita das duas famílias estudadas anteriormente, e levando-se em consideração o perfil de escolaridade dos pais, percebe-se na avaliação dos professores, que isso tem influência no por que das famílias apresentaram resultados diferentes quanto ao avanço do aprendizado dos clientes do programa BF.

Na família 1 as três crianças apresentaram um quadro de dificuldade no aprendizado bastante elevado. Levando-se em consideração que cada criança estuda numa série diferente, com professoras distintas, a avaliação de cada um deles coincidiu em um mesmo resultado, pois os três clientes participam do programa de reforço. A responsável pela família 1, dona. Maria tem 25 anos de idade, tem cinco filhos e está concluindo o Ensino Médio, a família recebe R\$ 326 reais do PBF e não tem outra fonte de renda.

Na família 4 está a única participante do programa BF que não apresentou dificuldade no aprendizado, sua responsável é a dona Cleide, 30 anos de idade, com duas filhas, cursou o Ensino Médio e tem uma renda extra mensal de R\$328,00, a família recebe R\$ 64,00 reais de benefício.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Este estudo teve o intuito de levantar questões relativas à contribuição do programa Bolsa Família para a permanência e desenvolvimento dos alunos beneficiários do Programa na escola. Levando em consideração os incentivos dos pais aos filhos a frequentar com assiduidade as aulas visando a manutenção no programa Bolsa Escola.

Observou-se ao analisar o perfil das respectivas famílias, que os pais não estão preocupados com o desenvolvimento escolar dos filhos; sua preocupação maior é com o benefício recebido. Benefício esse que para a maioria das famílias entrevistadas é a única ou importante complementação da renda familiar.

Constatou-se mediante ao estudo que os pais incentivam os filhos a frequentar as aulas apenas pela necessidade de receber o benefício, pois o referido benefício é diretamente usado nas despesas domésticas e principalmente na alimentação e vestuário. As crianças frequentam a escola regularmente por pressão dos pais para não perder o benefício e não com o objetivo de desenvolvimento e aprendizado escolar ou mesmo crescimento pessoal.

O estudo apontou ainda que para as crianças na maioria das vezes faltam material escolar e uniforme, em virtude do benefício ser insuficiente para suprir demandas mínimas dos clientes, ou ainda ser desviado para outros fins, considerando-se que na maioria das vezes as famílias são lideradas pela mãe que é (está) desempregada e só conta com a ajuda financeira do Programa.

Durante a referida investigação, pode-se perceber que é uma verdadeira utopia pensar que o programa contribui de maneira sistêmica, atingindo uma um dos clientes no quesito desempenho escolar. Leva-se a entender que o Programa Social citado neste estudo é uma simples ferramenta de combate a fome, e não um dispositivo que leva ao desenvolvimento da sociedade no âmbito educacional no que tange a renda e a riqueza de uma nação.

Concluiu-se durante a investigação que as crianças frequentam o programa de reforço escolar devido ao baixo desempenho escolar. As referidas crianças não recebem apoio dos pais no que tange ajuda nas tarefas da escola, pois muitas das vezes essa contribuição está muito além das condições e capacidades atribuídas a estes, o que contribuiu para o baixo grau de aprendizado dos clientes.

Vale ressaltar que o nosso país precisa de ações mais agressivas por parte do Estado no combate à miséria do povo e de mais investimento nos programas educacionais das novas gerações, precisa construir monitoramentos que promovam a excelência na aplicação de programas sociais, e de políticas públicas de crescimento e de desenvolvimento social. Tendo em vista o cumprimento das metas junto às famílias envolvidas no programa, exigindo das mesmas o cumprimento dos seus deveres enquanto cidadãos. Fazendo com que o dinheiro público seja utilizado no fomento do combate à miséria de uma nação, onde um grupo pequeno de trabalhador se esforça dia e noite incessantemente para produzir e contribuir com a geração de impostos, renda e riqueza no intuito de mudar o cenário da economia nacional.

BIBLIOGRAFIA

Bolsa Família – Wikipédia, a enciclopédia - **Origem e história**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bolsa_Família>. Acessado em: 31 de ago de 2015.

Programa Bolsa Família - MDS- **-Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc)**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acessado em: 31 de ago de 2015.

AROYO, Miguel G. **Políticas educacionais e desigualdade: Revista educação e sociedade**, vol. 31 nº 113 Campinas/dec 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>. Acessado em: 23 de nov de 2014>.

BULLA, Leônia Capaverde. **Relações sociais e questão social na trajetória do serviço social brasileiro**. Revista Virtual Textos e Contextos, nº 2 dezembro 2003. Disponível em: <<http://core.kmi.open.ac.uk/download/pdf/5861200.pdf>>. Acessado em: 31 de jul de 2015.

BICHIR, Renata Miranda. **O Bolsa Família na Berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. 2010**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0101-33002010000200007>>. Acessado em: 11 de out de 2011.

CORRÊA, Juciani Severo. **As contribuições do programa Bolsa Família: inclusão e permanência escolar**. Disponível em: <<http://www.ucsbr/etc/conferencias/index.php/ampesul/9ampesul/paper/WeWFile/2238/152>>. Acessado em: 11 de out de 2011.

CREMONESE, Dijalma. **A Origem e a implementação do neoliberalismo no mundo e no Brasil.** 2011. Disponível em:<<http://br.monografias.com/trabalhos195/origem-neoliberalismo-brasil/origem-neoliberalismo-brasil2.shtml>>. Acessado em: 11 de out de 2011.

DALLAGO, CleonildaSabainiThomazini. **Estado e políticas Sociais no Brasil: formas históricas de enfrentamento a pobreza.** São Luís-MA,2007. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/joinppIII/html/trabalhos.>>. Acessado em 02Fev de 2013.

FERREIRA, Jaqueline. **Programas sócias e lutas de classes no Brasil.** Disponível em:<<http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar>>.Acessado em 11 out de 2011.

GLEWWE e KASSOUF, Paul e Ana Lúcia. **Qual é o impacto do Programa Bolsa Família na educação?**. Disponível em:<<http://www.ipeec-undp.org/pub/port/IPCOnePager107.pdf>> . Acessado em 02 Fev de 2013.

GOMES, PINTO, CAMPOS, Darcilene Claudio, Giovana Caroline de Resende, Luciane dos Santos Morais Dellova de. **Desigualdade, pobreza e políticas sociais: discutindo a focalização das políticas Sociais no Brasil.** Disponível em:<<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/ec/jec10/ponencias/1002gomesetal.pdf>>.Acessado em 05 out de 2011.

LICIO, Elaine Cristina. **A trajetória dos programas de renda mínima e bolsa escola no brasil: impacto da variável federativa.** São Paulo, 2002. Disponível em:<http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivos/seges/EPPGG/produçãoAcademica_ELAINELICIOpdf>. Acessado em 02 Fev de 2013.

MEDVEDEFF e OLIVEIRA, Matheus Carvalho, Carlos Augusto Lopes. **O Brasil e o Banco mundial: As relações e os investimentos do banco mundial com o Brasil durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).** Disponível em:<http://www.ppgri.uerj.br/form/Matheus_Medvedeff.pdf> acessado em 05 set 2011.

PEREIRA, SILVA e PATRIOTA, Jordeana Davi, Sheyla Suely de Sousa, Lucia Maria. **Políticas sociais no contexto neoliberal: focalização e desmonte dos direitos sociais.** Disponível em:<<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/viewfile/64/56>>. Acessado em 02 mar de 2011.

PILONI, Thiago. **A intervenção Social do terceiro setor no contexto do neoliberalismo: o fetiche da participação democrática e da solidariedade voluntária.** 2010. Disponível em: http://www.bdtd.ufes.br/tesdesimplificado/tde_busca/arquivo.pdf. Acessado em 02 Fev de 2012.

POCHMANN, Marcio. **Políticas de combate a pobreza no Brasil: necessidades e dificuldades nos anos 90.** Disponível em:<<http://revista.fee.tche.br/php/indicadores/article/viewfile/623/868>>. Acessado em 02 mar de 2011.

SILVA, BRANDÃO E DALT, Anderson Paulino da, André e Salete da. **Educação e Pobreza: o impacto das condicionalidades do programa bolsa família.** 2009. Disponível em:<<http://www.revistacontemporanea.fe.uerj.br/index.php.contemporanea/article/download/89/81>>. Acessado em 22fev de 2013.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil.** *Ciência & Saúde Coletiva* vol. 12 no. 6 Rio

de Janeiro nov. dec. 2007. Disponível em:<<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acessado em 03 agosto de 2011.

SILVA, Silvia Bezerra da. **A reconfiguração das Políticas no contexto da Globalização Neoliberal.** *Rev. Sociedade e Cultura*, 2009. Disponível em:<<http://www.webartigos.com/artigos/a-reconfiguracao-das-politicas-sociais-no-contexto-da-globalizacao-neoliberal/14797>>. Acessado em 02 maio de 2011.

SIMIONATTO, Ivete Simionato. **Reforma do Estado e Programas de Combate a Pobreza-cenário do Mercosul.** 2000. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr>. Acessado em 07julde 2011.

TESSAROLO, KROHLING, Enzo Mayes e Alo. **A passagem do Programa Comunidade Solidária para o Programa Bolsa Família:** Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/caos>>. Acessado em 22 jan de 2011.

TOSTES, Suzane Conceição Pantolfi. **Conflitos e lutas entre classes sociais no Governo Sarney (1985-1989).** Londrina 2010. Disponível em:<http://www.uel.br/grupos-pesquisa/geral/anais_envsimp/gt2/10_SuzaneTostespdf>. Acessado em 02 mar de 2011.

VIANNA, Maria Lucia Texeira Werneck **Em torno do conceito de política Social: Notas introdutórias.** Rio de Janeiro, dezembro 2002. Disponível em:<<http://www.emap.gov.br/dawloads/ec434fMariaLucia1paf>>. Acessado em 05 mar de 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Estado e as Políticas Sociais. Ano 2008.** Disponível em: <<http://www.slideshare.net/thiagoPrisco/yazbek-maria-carmelita-estado-e-politicas-sociais-1>>. Acessado em 02 mar de 2011.

ZIMMERMANN, Clovis Roberto. **Os programas Sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil.** Disponível em:<<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acessado em 09 jun de 2012.

ANEXO - 01

ENTREVISTA ELABORADA EM FORMA DE QUESTIONÁRIO.

Esta falada professora Cristina

“O avanço, na minha opinião, o avanço que trouxe só no material, mas nem todos usa pra comprar o material, usa pra alimentação, o que não deixa de ajudar também porque muitas crianças vem pra escola por causa merendaque é um programa maravilhoso, o Bolsa Família... resposta da professora Cristina”

Obs: todos os alunos que tem dificuldade no aprendizado independente de ser do programa bolsa Família, participa uma vez por semana da aula de reforço

QUESTIONÁRIO

Entrevista com os professores dos clientes do PBF

Dados do aluno entrevistado

Nome do aluno: Leonardo

Série: 1º ano Idade: 6 família: 1

Nome do professor (a): Glória

Endereço:

1. Você conhece o programa Bolsa Família (PBF)? O que você acha dele?

R. Conheço eu acho que por um lado ele é bom, mas a família fica muito acomodada.

2. A escola já fez alguma discussão ou orientou os professores sobre os clientes do PBF?

R. Não nunca tiveram reunião pra gente abordar nada do tipo não, eu sei porque agente conhece o programa mas não por que a escola fez alguma discussão,

3. Você percebe a relação que há entre o PBF e a escolarização das crianças clientes do programa?

R A única preocupa que a família tem com a frequência mas não com a questão mesmo do estudo, mas com a questão do estudo, da educação mesmo....,

E o rendimento? Não, tanto é que muitos alunos do bolsa família são alunos que, alguns alunos que não tem avanço por que a família não tem interesse, então eu não acredito que tenha uma relação não

4. Você tem a relação de quais dos seus alunos são participante do PBF?

R. Tenho.

5. Você acha que o PBF trouxe melhoras no avanço para a educação? Quais?

R_ olha agente tem dificuldade até com o material, o aluno passa o semestre todinho que não tem nem o material, o quê que os pais estão fazendo com esse dinheiro, que nem material o aluno não tem, caderno tem por que é obrigatório, lápis de cor não tem, tesoura não tem, cola

não tem borracha... então eu acho que o dinheiro não é muito direcionado pra escolarização da criança não, na minha opinião não, é falho nisto

6. Com relação aos alunos clientes do programa você percebeu algum avanço no desenvolvimento dos mesmos? Acha que o PBF tem relação com a mudança?

R_

7. Como você vê a relação PBF e o aprendizado do aluno?

R É aquilo que falei naquela outra, da escolarização do aluno é bom porque o aluno se ver obrigado, mas no caso da aprendizagem do aluno, eu acredito que esse programa, a família deveria se preocupar mais com o aluno, comprando, que nem eu falei, pelo menos o material básico, eu não vejo, eu não vejo isso, se tem são poucos, realmente são poucos pais que se preocupam, mas no caso desse aluno que eu não vejo muito não, Leonardo meu amor você tem seus lápis de cor aí? Resposta do aluno_ Não. tesoura? _não. _tem cola? _ não. Ta bom então brigada! Ele é um dos que não tem material, ele é não um dos que não tem, dos que estão no reforço, dos que não tem avanço, justo ele, e antes de você entrar eu tava confirmando que ele novamente vai ficar no reforço.

8. Com relação ao aluno Leonardo, você percebeu algum avanço no desenvolvimento do mesmo? Acha que o PBF tem relação com a mudança? Do início do ano pra cá?

R. Pouquíssimo, tanto é que ele é meus alunos que ta no reforço até hoje, por que o avanço dele é pouco, é pouco, ele não tem rendimento por que ele não faz, agente identifica que ele não tem um acompanhamento familiar que ele precisaria, então ele não ta tendo, tem a nossa parte aqui mas não tem a parte da família em casa.

QUESTIONÁRIO

Entrevista com os professores dos clientes do PBF

Dados do aluno entrevistado

Nome do aluno: Bruna Crislane

Série: 3º ano

Idade: 8

família: 1

Nome do professor (a): (Cristina)

1. Você conhece o programa Bolsa Família (PBF)? O que você acha dele?

- R_ PBF, ajudou muita gente a sair do... porque tinha muita criança que vinha pro colégio sem caderno e sem lápis, a mãe que bem pensar vai pesar seu filho todo mês, por que é um programa maravilhoso, o BF
2. A escola já fez alguma discussão ou orientou os professores sobre os clientes do PBF?
R_ não teve, eu sou novata aqui, mas até agora não.
 3. Você percebe a relação que há entre o PBF e a educação? Se trouxesse melhoria para a educação?
R_ sim trouxesse melhoria sim, é como eu já te falei, sobre os básicos dos básicos, porque tinha aluno que os pais não tinha como comprar o caderno, e hoje em dia já tem, justamente usa esse dinheiro pra isso! Muitos deles não tinha, semana passada teve uma aluna que passou quase um mês sem vir porque não tinha caderno, e o bolsa família cadê? Mas ela não recebe BF.
 4. Você tem a relação de quais dos seus alunos são participante do PBF?
R_ tenho.
 5. Com relação aos alunos clientes do programa você percebeu algum avanço no desenvolvimento dos mesmos? Acha que o PBF tem relação com a mudança?
R_ pouco, ela é uma aluna que está no reforço.
 6. Como você vê a relação PBF e o aprendizado do aluno?
R_ para isso é preciso mais esforço dos pais para ajuda-los em casa
 7. Você acha que o PBF trouxe avanço para a educação?
R_ trouxe sim.
 8. Com relação ao aluno bruna você percebeu algum avanço no desenvolvimento do mesmo? Acha que o PBF tem relação com a mudança?
R _ até agora não muito, ela precisa do reforço

QUESTIONÁRIO

Entrevista com os professores dos clientes do PBF

Dados do aluno entrevistado

Nome do aluno: Calebe

Série: 5º ano

Idade: 11

família: 1

Nome do professor (a):(Patricia)

1. Você conhece o programa Bolsa Família (PBF)? O que você acha dele?

R _ sim , é um programa que realmente melhora a vida de algumas famílias, porque ajuda né o bolsa família no desempenho, eles ficam mais interessado, a família na questão da frequência porque se não tiver frequência eles podem cortar o bolsa família, e isso contribui mais nessa questão da frequência dos alunos ser mais frequente na escola né.

2. A escola já fez alguma discussão ou orientou os professores sobre os clientes do PBF?

R _ já principalmente quando tem reunião com os pais, a orientadora faz uma vês no mês ela faz formação com a comunidade, e justamente para informar a importância do bolsa família, por que com isso agente cobra mais da comunidade sabendo que eles estão tendo um programa que ajuda na questão de comprar o material deles uniforme, então a escola foca mais, e infelizmente muita gente usa pra outras coisas né, mais a maioria usa em beneficio do próprio filho mesmo.

- Á escola se preocupa com os alunos do PBF?

R _ Sim, a escola sim é tanto que tem a frequência deles e agente tem que justificar se o aluno falta três dias consecutivo, o aluno que tem bolsa família, a secretaria vem na sala, pergunta se tem atestado se a mãe veio conversar com a gente, por que tem a preocupação do que ta acontecendo com aquele aluno, porque agente sabe que ele não pode ta matando aula né. Essa é a função da nossa orientadora.

3. Você percebe a relação que há entre o PBF e a escolarização das crianças clientes do programa?

R _ o avanço, na minha opinião, o avanço que trouxe só no material, mas nem todos usa pra comprar o material, usa pra alimentação, o que não deixa de ajudar também

porque muitas crianças vem pra escola por causa merenda, e no desempenho mesmo, eu pra te falar a verdade na minha opinião eu acho que não, por que dos pais que tem que vir o interesse, não é do programa e nem nada, o interesse vem dos pais da comunidade, da família, porque se a família não se interessar não tem dinheiro que faça com que ele se interesse, então tem que vir deles o interesse desse desempenho.

4. Você tem a relação de quais dos seus alunos são participante do PBF?

R. sim

5. Você acha que o PBF trouxe melhoras no avanço para a educação? Quais?

6. E com relação ao aluno calebe ele é frequente?

R _ sim ele é esforçado.

7. Com relação ao aluno...calebe você percebeu algum avanço no desenvolvimento do mesmo? Acha que o PBF tem relação com a mudança?

R_ muito pouco ele ta no reforço por causa da leitura e a produção textual dele é fraca pra esta no quinto ano, ele é esforçado.

Praticamente todos os alunos no bolsafamilia estão com dificuldades, será que traz beneficio, muitos pais dizem assim: vai pra escola menino se não vc vai perder o BF, mas não tem aquele interesse e dizer assim vai pra vc aprender vai pra você um cidadão, falam vai porque vc não pode ter falta.

8 . Você percebe que ele tem acompanhamento em casa?

_ a maioria não, mas ele é muito interessado, ele já teve avanço do começo do ano pra ca, ele tem muita força de vontade.

_ até que ele é esforçado

Vc percebe que ele tem acompanhamento em casa

QUESTIONÁRIO

Entrevista com os professores dos clientes do PBF

Dados do aluno entrevistado

Nome do aluno: Maria Eduarda

Série: 4º ano

Idade: 8

familia: 4

Nome do professor (a): (Vilma)

1. Você conhece o programa Bolsa Família (PBF)? O que você acha dele?

R_ é conheço, eu acho bom quando ele é usado em benefício do aluno, né porque agente sabe que eles usam pra outros fins.

2. A escola já fez alguma discussão ou orientou os professores sobre os clientes do PBF?

_ não o que agente conhece é o que agente sabe pela televisão, mas sentar mesmo assim, quando foi implantado a gente sentou, faz tempo né, e conversou e também teve q fazer o cadastro, teve uma orientação

3. Você percebe a relação que há entre o PBF e a escolarização das crianças clientes do programa?

R_ depende de como eles estamutilizando a bolsa família né, porque pra quê que é, é pra pra melhoria de comprar material escolar, as vezes eles usam em prol de outra coisa

Eles faltam por falta de material escolar?

R_ não falta por isso, eles vem sem o material, não é questão deles faltar, as vezes o pai nem sabe, porque as vezes eles nem comunicam isso, e vem sem o material.

4. Você tem a relação de quais dos seus alunos são participante do PBF?

5. Você acha que o PBF trouxe melhoras no avanço para a educação? Quais?

R_ a finalidade do bolsa Família é um avanço, melhoria na questão econômica e um avanço, agente ver por um lado da questão do material, tem deles que vem sabendo que pode acontecer de cortar, isso melhorou né.

6. Com relação aos alunos clientes do programa você percebeu algum avanço no desenvolvimento dos mesmos? Acha que o PBF tem relação com a mudança?

7. Como é o desenvolvimento da Aluna Maria Eduarda?

R_ é bom ela é frequente tem uma boa leitura.

Ela faz reforço?

R_ não ela não precisa.

8. Com relação ao aluno.....você percebeu algum avanço no desenvolvimento do mesmo? Acha que o PBF tem relação com a mudança?